



## VIII GOVERNO CONSTITUCIONAL

Lei n.º \_\_\_\_/2019, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ PPL N.º 9/V(2.º)

### ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2020

O Orçamento Geral do Estado para 2020 apresenta, nos termos do artigo 145.º da Constituição da República, todas as receitas e despesas dos órgãos e serviços do Setor Público Administrativo para o ano financeiro de 2020.

O Anexo I à presente lei estabelece as receitas e as despesas dos órgãos e serviços da Administração Central, de janeiro a dezembro de 2020, sistematizadas da seguinte forma:

Tabela I - Estimativa de receitas a serem cobradas para financiamento das despesas dos órgãos e serviços da Administração Central para 2020, provenientes de todas as fontes, petrolíferas, não petrolíferas (impostos, taxas, juros e receitas próprias), doações, empréstimos e saldo de gerência da Conta do Tesouro.

As receitas petrolíferas ascendem a 996,5 milhões de dólares americanos.

As receitas não petrolíferas estimadas são de 433,97 milhões de dólares americanos, dos quais 234,87 milhões de dólares americanos correspondem ao total de receitas próprias cobradas pelos Serviços e Fundos Autónomos (incluindo saldo da Autoridade da RAEOA e da ZEESM).

As receitas do OGE incluem, ainda, uma doação da União Europeia no valor de 7,5 milhões de dólares americanos para apoio orçamental.

A receita decorrente do recurso ao endividamento público equivale a 73 milhões de dólares americanos.

A receita relativa à transição do Saldo da Conta do Tesouro é de 254,3 milhões de dólares americanos.

O total estimado das receitas é de 1.765,2 milhões de dólares americanos.

Tabela II – Dotações Orçamentais para 2020 sistematizadas da seguinte forma:

- 235,610 milhões de dólares americanos para Salários e Vencimentos;
- 582,300 milhões de dólares americanos para Bens e Serviços;
- 329,706 milhões de dólares americanos para Transferências Públicas;
- 31,548 milhões de dólares americanos para Capital Menor;
- 488,837 milhões de dólares americanos para Capital de Desenvolvimento.

O total das despesas dos Serviços Sem Autonomia Administrativa e Financeira, dos Órgãos Autónomos Sem Receitas Próprias e dos Serviços e Fundos Autónomos, excluindo as despesas financiadas por empréstimos e o apoio direto ao OGE pela UE é de 1.587,504 milhões de dólares americanos.

Tabela III - Receitas e despesas dos Serviços e Fundos Autónomos.

O total das despesas dos Serviços e Fundos Autônomos, excluindo as despesas financiadas por empréstimos, é de 432.601 milhões de dólares americanos.

Tabela IV - Dotações Orçamentais do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, no total de 13,000 milhões de dólares americanos.

O total das despesas do OGE é de 1.668 milhões de dólares americanos.

O déficit fiscal não petrolífero é de 1.069,4 milhões de dólares americanos (i.e., total das despesas do OGE menos as Receitas Não Petrolíferas [excluindo o saldo da Autoridade da RAEOA e da ZEESM não utilizado em 2020], Doações e o Saldo da Conta do Tesouro), o qual é financiado em 996,5 milhões de dólares americanos a partir do Fundo Petrolífero, dos quais 536,8 milhões de dólares americanos correspondem a uma transferência realizada até ao valor do Rendimento Sustentável Estimado e 459,7 milhões de dólares americanos correspondem a uma transferência realizada acima do Rendimento Sustentável Estimado, e em 73 milhões de dólares americanos através do recurso ao endividamento público.

O Anexo II à presente lei estabelece as receitas e as despesas do Setor da Segurança Social, de janeiro a dezembro de 2020, sistematizadas da seguinte forma:

Tabela I - Receitas Globais da Segurança Social no total de 142,08 milhões de dólares americanos, assim discriminadas:

- a) Contribuições para a Segurança Social, no valor de 34,18 milhões de dólares americanos;
- b) Rendimentos, no valor de 0,25 milhões de dólares americanos;
- c) Transferências do OGE, no valor de 41,31 milhões de dólares americanos;
- d) Outras transferências correntes - Resto do Mundo, no valor de 0,20 milhões de dólares americanos;
- e) Saldo de Gerência do ano anterior, no valor de 66,14 milhões de dólares americanos.

As receitas globais da Segurança Social incluem, assim, as receitas efetivas do ano 2020 no valor de 75,94 milhões de dólares americanos, bem como o saldo transitado do ano 2019, ainda não transferido para o Fundo de Reserva da Segurança Social.

Tabela II - Despesas Globais da Segurança Social no total de 142,08 milhões de dólares americanos, assim discriminadas:

- a) Despesas com Pessoal, no valor de 0,80 milhões de dólares americanos;
- b) Aquisição de Bens e Serviços, no valor de 0,17 milhões de dólares americanos;
- c) Juros e Outros Encargos, no valor de 0,25 milhões de dólares americanos;
- d) Transferências Correntes, no valor de 41,67 milhões de dólares americanos;
- e) Outras Despesas Correntes, no valor de 1,52 milhões de dólares americanos;
- f) Aquisição de Bens de Capital, no valor de 0,39 milhões de dólares americanos;
- g) Ativos Financeiros, no valor de 97,28 milhões de dólares americanos.

As despesas globais da Segurança Social incluem, assim, as despesas efetivas do ano 2020, no valor de 44,80 milhões de dólares americanos, bem como despesas em ativos financeiros, referentes à aplicação da verba acumulada no Fundo de Reserva da Segurança Social.

O OSS para o ano de 2020 cumpre a regra do equilíbrio orçamental, estimando-se em 142,08 milhões de dólares americanos quer o valor das receitas globais, que se encontram previstas na

Tabela I do Anexo II, quer o valor das despesas globais que se encontram previstas na Tabela II do Anexo II.

Por outro lado, entre as estimativas de receitas e despesas efetivas do OSS para o ano 2020, prevê-se a existência de um saldo orçamental no valor de 31,14 milhões de dólares americanos, dos quais 30,94 milhões de dólares americanos relativos a saldo orçamental do Regime Contributivo de Segurança Social de Repartição no ano 2020, que será transferido, até final do ano 2020, para o Fundo de Reserva da Segurança Social, em conformidade com a lei, e 0,20 milhões de dólares americanos relativos a rendimentos obtidos pelas aplicações financeiras no próprio ano 2020. O valor do saldo transitado de 2019, no valor de 66,14 milhões de dólares americanos reverterá, igualmente, para o Fundo de Reserva da Segurança Social.

Prevê-se, deste modo, que no Fundo de Reserva da Segurança Social seja acumulado, em 2020, um valor global de 97,08 milhões de dólares americanos transferido do Regime Contributivo de Segurança Social de Repartição, e que este valor seja aplicado de forma a capitalizar rendimentos.

O Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, com pedido de prioridade e urgência, a seguinte Proposta de Lei:

## **CAPÍTULO I**

### **Disposições iniciais**

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto e âmbito**

1. O Orçamento Geral do Estado (OGE) apresenta as previsões orçamentais dos órgãos e serviços do Setor Público Administrativo, integrando os orçamentos dos órgãos e serviços da Administração Central (Administração Direta e Indireta) e o orçamento da Segurança Social (OSS), que integra os orçamentos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e do Fundo de Reserva da Segurança Social (FRSS).
2. Para efeitos do presente diploma, os órgãos e serviços da Administração Central dividem-se em:
  - a) Serviços Sem Autonomia Administrativa e Financeira (SSAAF), que são entidades com natureza pública sem personalidade jurídica distinta da pessoa coletiva Estado, e que possuem somente autonomia administrativa;
  - b) Órgãos Autónomos Sem Receitas Próprias (OASRP), que são entidades com natureza pública sem personalidade jurídica distinta da pessoa coletiva Estado, que possuem autonomia administrativa e financeira, mas que não dispõem de receitas próprias suficientes para cobertura das suas despesas;
  - c) Serviços e Fundos Autónomos (SFA), que são entidades com natureza pública e personalidade jurídica, sem a forma de empresa, fundação ou associação, que possuem

autonomia administrativa e financeira e que dispõem de receitas próprias para cobertura das suas despesas e de património próprio.

3. Sem prejuízo da sua natureza de SFA, o INSS e o FRSS, enquanto parte do Setor da Segurança Social, não integram a Administração Central.
4. Para efeitos do presente diploma, as Autoridades Municipais e as Administrações Municipais, enquadram-se na definição de OASRP e estão sujeitos às regras aplicáveis a estas entidades.
5. Para efeitos do presente diploma, o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano enquadra-se na definição de OASRP e está sujeito às regras aplicáveis a estas entidades.
6. Para efeitos do presente diploma, a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) e da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro (ZEESM), enquadra-se na definição de SFA e está sujeita às regras aplicáveis a estas entidades.

## Artigo 2.º

### Classificação

1. As receitas do OGE são especificadas por classificador orgânico e fonte de financiamento.
2. As despesas do OGE são especificadas por classificadores orgânico e económico.
3. A classificação orgânica consiste no agrupamento das receitas e despesas por órgãos e serviços da Administração Central e do Setor da Segurança Social, cujas divisões são denominadas de títulos, que correspondem aos Ministérios, às Secretarias de Estado não integradas, aos OASRP e aos SFA, bem como ao título "Dotações para Todo o Governo", e dentro destes de capítulos.
4. A classificação económica consiste no agrupamento das despesas pela sua natureza, cujas divisões são denominadas de categorias, e dentro destas de rubricas.
5. No orçamento dos órgãos e serviços da Administração Central existem cinco categorias de despesa:
  - a) "Salários e Vencimentos" que corresponde ao montante global que um órgão ou serviço pode gastar com salários e vencimentos para os titulares e membros dos órgãos de soberania, funcionários e agentes da Administração Pública e trabalhadores contratados;
  - b) "Bens e Serviços" que corresponde ao montante global que um órgão ou serviço pode gastar na aquisição de bens e serviços;
  - c) "Transferências Públicas" que corresponde ao montante global que um órgão ou serviço pode gastar em subvenções públicas e pagamentos consignados;
  - d) "Capital Menor" que corresponde ao montante global que um órgão ou serviço pode gastar na aquisição de bens de Capital Menor; e,
  - e) "Capital de Desenvolvimento" que corresponde ao montante global que um órgão ou serviço pode gastar em projetos de Capital de Desenvolvimento.
6. No OSS existem dez categorias de despesa:
  - a) "Despesas com Pessoal" que corresponde ao montante global que pode ser gasto com despesas com remunerações do pessoal afeto aos serviços e organismos da Segurança



Social, incluindo funcionários e agentes da Administração Pública e trabalhadores contratados, designadamente salários e vencimentos, subsídios e abonos variáveis e encargos com a Segurança Social (parcela a cargo da entidade empregadora);

- b) “Aquisição de Bens e Serviços” que corresponde ao montante global que pode ser gasto na aquisição de bens de consumo que não tenham natureza de despesas de capital, e na aquisição de serviços;
  - c) “Juros e Outros Encargos” que corresponde ao montante global que pode ser gasto com juros, encargos bancários, comissões bancárias, pagamento de serviços bancários, diferenças cambiais ou outros encargos financeiros;
  - d) “Transferências Correntes” que corresponde ao montante global que pode ser gasto com transferências para famílias e beneficiários do Sistema de Segurança Social, a quem são concedidas prestações sociais, bem como transferências públicas correntes para qualquer organismo ou instituição, incluindo devolução de excedentes de execução de despesas correntes ao OGE e transferências correntes entre regimes dentro do Setor da Segurança Social;
  - e) “Outras Despesas Correntes” que corresponde ao montante global que pode ser gasto com outras despesas correntes, que não tenham natureza de despesas de capital e não estejam inscritas noutras categorias;
  - f) “Aquisição de bens de Capital” que corresponde ao montante global que pode ser gasto na aquisição de bens de Capital Menor e de Capital de Desenvolvimento;
  - g) “Transferências de Capital” que corresponde ao montante global que pode ser gasto com transferências públicas de capital para qualquer organismo ou instituição, incluindo devolução de excedentes de execução de despesas de capital ao OGE e transferências de capital entre regimes dentro do Setor da Segurança Social, designadamente transferência de saldos anuais do Regime Contributivo de Repartição para o FRSS;
  - h) “Ativos Financeiros” que corresponde ao montante global que pode ser gasto com a aquisição de títulos financeiros e com despesas relativas a aplicações de capital, incluindo de depósitos bancários;
  - i) “Passivos Financeiros” que corresponde ao montante global que pode ser gasto com operações financeiras relativas a amortização de empréstimos, regularização de adiantamentos ou subsídios, ou execução de avals e garantias; e,
  - j) “Outras Despesas de Capital” que corresponde ao montante global que pode ser gasto com outras despesas de capital, com carácter residual, que não tenham natureza de despesas correntes e não estejam inscritas noutras categorias.
7. As rubricas de despesa, que correspondem ao nível mais desagregado de classificação económica das despesas, organizam-se com base nas estruturas de código de contas de despesa mantidas pelo Tesouro e pela Segurança Social.
8. A classificação por fonte de financiamento consiste no agrupamento das receitas e despesas por origem dos fundos, cujas divisões são denominadas de grupos, e dentro destes de artigos.

9. No orçamento dos órgãos e serviços da Administração Central existem cinco grupos de fonte de financiamento:
- a) Transferências do Fundo Petrolífero;
  - b) Receitas Não Petrolíferas;
  - c) Doações;
  - d) Empréstimos;
  - e) Saldo da Conta do Tesouro.
10. Os grupos "Transferências do Fundo Petrolífero" e "Receitas Não Petrolíferas" dividem-se, ainda, nos seguintes artigos:
- a) Transferências do Fundo Petrolífero:
    - i) Rendimento Sustentável Estimado;
    - ii) Transferência Superior ao Rendimento Sustentável Estimado.
  - b) Receitas Não Petrolíferas:
    - i) Impostos Diretos;
    - ii) Impostos Indiretos;
    - iii) Outras Receitas e Taxas;
    - iv) Taxas e Encargos;
    - v) Juros da Conta do Tesouro;
    - vi) Receitas Próprias dos SFA.
11. No OSS existem dez grupos de fonte de financiamento:
- a) Contribuições para a Segurança Social;
  - b) Sanções e Outras Penalidades;
  - c) Rendimentos;
  - d) Transferências Correntes;
  - e) Outras Receitas Correntes;
  - f) Transferências de Capital;
  - g) Ativos Financeiros;
  - h) Passivos Financeiros;
  - i) Outras Receitas de Capital;
  - j) Saldo de Gerência do Ano Anterior.
12. O Governo aprova por decreto, no prazo de seis meses, os planos de contas da Administração Central e da Segurança Social e as novas estruturas do classificador económico e das fontes de financiamento.

### **Artigo 3.º** **Definições**

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) "Autonomia administrativa", o regime de administração financeira que consiste na competência do respetivo órgão de direção para autorizar a realização de despesa e o seu pagamento e para praticar, no mesmo âmbito, atos administrativos definitivos e executórios;

- b) "Autonomia administrativa e financeira", o regime de administração financeira que consiste na competência do respetivo órgão de direção para gerir os seus recursos financeiros, nomeadamente os respetivos orçamento, tesouraria e património, bem como na elaboração de contabilidade própria;
- c) "Bens e Serviços", a categoria de despesa correspondente às despesas correntes relacionadas com bens de consumo, manutenção de equipamentos e instalações, arrendamentos e alugueres, prestações de serviços, independentemente da forma contratual, e viagens e abonos com elas relacionados;
- d) "Cabimento orçamental", a cobertura do montante da despesa pelas verbas ainda não utilizadas da respetiva dotação orçamental;
- e) "Capital de Desenvolvimento", a categoria de despesa correspondente às despesas não correntes com bens imóveis;
- f) "Capital Menor", a categoria de despesa correspondente às despesas não correntes com bens móveis;
- g) "Compromisso", a obrigação de efetuar um ou mais pagamentos a terceiros em contrapartida da execução de trabalho ou de obra ou do fornecimento de bens ou serviços, ou em cumprimento de obrigação legal ou contratual;
- h) "Compromisso plurianual", o compromisso que consiste na obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano financeiro ou em ano financeiro distinto do ano em que o compromisso é assumido;
- i) "Dotação Orçamental", o montante máximo inscrito no OGE a favor de um órgão ou serviço, no cruzamento da linha da classificação orgânica com a coluna da categoria da despesa, com vista à realização de determinada despesa;
- j) "Órgãos e Serviços", as entidades do Setor Público Administrativo sujeitas à disciplina orçamental;
- k) "Regime Contributivo de Segurança Social", o regime de Segurança Social que pressupõe uma relação contributiva em que as prestações sociais criam direitos;
- l) "Regime Contributivo de Segurança Social de Capitalização (Fundo de Reserva da Segurança Social)", a componente do Regime Contributivo de Segurança Social que é gerida obedecendo ao método de capitalização pública de estabilização;
- m) "Regime Contributivo de Segurança Social de Repartição", a componente do Regime Contributivo de Segurança Social que é gerida obedecendo ao método de repartição ("pay-as-you-go");
- n) "Saldo global do OSS", a diferença entre todas as receitas e todas as despesas da Segurança Social, incluindo os ativos e passivos financeiros e o saldo transitado do ano anterior;
- o) "Saldo orçamental do OSS", a diferença entre as receitas efetivas e as despesas efetivas da Segurança Social, ou seja, todas as receitas e todas as despesas da Segurança Social com exceção das respeitantes aos ativos e passivos financeiros e aos saldos de gerência do ano anterior;

- p) “Salários e Vencimentos”, a categoria de despesa correspondente às despesas com salários e outros abonos relacionados com a prestação de trabalho subordinado;
- q) “Segurança Social”, o Regime Contributivo de Segurança Social, o Regime Não Contributivo de Segurança Social, o INSS, enquanto organismo responsável pela Administração do Sistema de Segurança Social, e o FRSS;
- r) “Setor Público Administrativo”, o conjunto de entidades com natureza pública que asseguram a satisfação regular e contínua das necessidades coletivas, composto pela Administração Central e pelo Setor da Segurança Social.
- s) “Subvenções Públicas e Pagamentos Consignados”, toda e qualquer importância financeira atribuída a partir das verbas do OGE, qualquer que seja a designação ou modalidade adotada, ao sector público e não público, através do órgão ou serviço que dispõe da respetiva dotação na categoria de transferências públicas;
- t) “Transferências Públicas”, a categoria de despesa correspondente às despesas com subvenções públicas, incluindo as contribuições do Estado para programas de cooperação.

## **CAPÍTULO II**

### **Orçamento Geral do Estado**

#### **Artigo 4.º**

##### **Aprovação**

É aprovado o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2020, constante das seguintes tabelas:

- a) Tabela I do Anexo I à presente lei, dela fazendo parte integrante, com o total das receitas por fonte de financiamento;
- b) Tabela II do Anexo I à presente lei, com o total das despesas dos SSAAF e OASRP por classificação orgânica e económica, incluindo as verbas desunadas aos SFA, para financiamento da diferença entre as suas receitas próprias e o total das respetivas despesas;
- c) Tabela III do Anexo I à presente lei, com o total das receitas, próprias e provenientes do OGE, e das despesas dos SFA, por classificação orgânica e económica;
- d) Tabela IV do Anexo I à presente lei, com o total das despesas correspondentes à dotação do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, por classificação económica.

#### **Artigo 5.º**

##### **Impostos e taxas**

1. Durante o ano de 2020, o Governo fica autorizado a cobrar os impostos e taxas constantes da legislação em vigor.
2. Ficam isentos do pagamento de impostos, taxas, direitos aduaneiros e demais imposições, bem como de retenção na fonte:
  - a) A aquisição por pessoa coletivas públicas de armas e munições para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e as FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste;



- b) Os pagamentos a realizar por conta de despesa relacionada com assistência médica no estrangeiro;
- c) A aquisição ao Estado, a pessoa coletiva pública ou a sociedade comercial cujo capital seja maioritariamente detido por uma entidade pública, de direitos de participação em atividades de exploração petrolífera;
- d) A introdução, em território nacional, de bens que sejam doados ao Estado por pessoas coletivas de Direito Internacional ou por pessoas coletivas públicas de outros Estados, ao abrigo de acordos celebrados, para esse efeito, por titulares de cargos políticos;
- e) A introdução, em território nacional, de bens destinados à construção de equipamentos coletivos ou de infraestruturas que sejam doados ao Estado, após a conclusão da execução física da obra.

#### **Artigo 6.º**

##### **Transferências do Fundo Petrolífero**

1. Durante o ano de 2020, o Governo fica autorizado a realizar transferências do Fundo Petrolífero nos termos legais.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, o montante das transferências do Fundo Petrolífero para 2020 não pode exceder 996,5 milhões de dólares americanos, sendo a transferência de 536,8 milhões de dólares americanos efetuada após o cumprimento do disposto no artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero e a transferência de 459,7 milhões de dólares americanos efetuada após o cumprimento das alíneas a), b), c) e d) do artigo 9.º do mesmo diploma.
3. O Governo pode recorrer a transferências do Fundo Petrolífero, acima do Rendimento Sustentável Estimado e até ao montante máximo previsto no número anterior, quando o saldo da conta do Tesouro for inferior a 200 milhões de dólares americanos, informando previamente o Parlamento Nacional.

#### **Artigo 7.º**

##### **Montante máximo de endividamento**

1. Com o objetivo de fazer face às necessidades de financiamento relacionadas com a construção de infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento do País, fica o Governo autorizado, nos termos do artigo 20.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, alterada pelas Leis n.º 9/2011, de 17 de agosto, e n.º 3/2013, de 11 de setembro, e do artigo 3.º da Lei n.º 13/2011, de 28 de setembro, sobre o Regime da Dívida Pública, a recorrer ao endividamento externo concessional adicional até ao montante máximo de 750 milhões de dólares americanos, com o termo de pagamento até um prazo máximo de 40 anos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, em 2020, o financiamento proveniente de empréstimos já contratados não excede 73 milhões de dólares americanos.

## **Artigo 8.º**

### **Receitas dos Serviços e Fundos Autónomos**

1. As previsões das receitas a serem cobradas pelos SFA constam da Tabela I e da Tabela III do Anexo I à presente lei.
2. As receitas próprias dos SFA devem ser usadas unicamente para prossecução das respetivas atribuições.
3. As receitas resultantes das transferências a partir do OGE para os SFA constam da Tabela III do Anexo I à presente lei.

## **Artigo 9.º**

### **Financiamento através de doadores independentes**

1. As receitas do OGE incluem uma doação da União Europeia no valor de 7,5 milhões de dólares americanos para apoio orçamental.
2. Cada órgão e serviço só pode estabelecer acordos com doadores independentes para o fornecimento de recursos adicionais ou complementares ao financiamento contido nas dotações orçamentais da presente lei, mediante parecer prévio obrigatório do membro do Governo responsável pela área das finanças.
3. A gestão do financiamento previsto no número anterior deve ser feita de acordo com as diretivas emitidas através de decreto do Governo e com os requisitos definidos pelos doadores.

## **Artigo 10.º**

### **Dotações para todo o Governo**

São inscritas sob o título "Dotações para todo o Governo" as seguintes dotações, cuja gestão fica a cargo do Ministério das Finanças:

- a) Fundo de Contrapartidas;
- b) Auditoria Externa;
- c) Reserva de Contingência;
- d) Quotas de Membro de Instituições Internacionais;
- e) Pensões dos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania;
- f) Provisão para g7+;
- g) Provisão para Serviços Legais;
- h) Provisão para apoio à Conferência Episcopal de Timor-Leste;
- i) Contribuição do Estado para o Regime Contributivo de Segurança Social;
- j) Apoio às Atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- k) Apoio Financeiro Internacional;
- l) Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste;
- m) Provisão para Capitalização do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste;
- n) Provisão para Oficina de Manutenção de Veículos do Governo;
- o) Provisão para Pagamento de Empréstimos;
- p) Provisão para Pagamento de Taxas da responsabilidade do Estado;

- q) Provisão para Pagamento de Taxas do Banco Central de Timor-Leste;
- r) Provisão para a Aviação Civil de Timor-Leste;
- s) Provisão para Censos da População.

#### **Artigo 11.º**

##### **Transferência para o Orçamento da Segurança Social**

1. O financiamento do Estado ao Sistema de Segurança Social, para cobrir as despesas com os Regimes Não Contributivo e Transitório e com a Administração do Sistema de Segurança Social, é inscrito no OGE como despesa na categoria “Transferências Públicas”, no capítulo “Provisão para despesas do Instituto Nacional de Segurança Social”, do título “Ministério da Solidariedade Social e Inclusão”.
2. O membro do Governo responsável pela área das finanças, sob proposta do membro do Governo responsável pela área da segurança social, fica autorizado a transferir o montante global referido no número anterior para conta bancária titulada pelo INSS.
3. No OSS, o montante referido no n.º 1 é inscrito como receita, no grupo “Transferências Correntes - do Estado (OGE)”, sendo executado de acordo com as várias categorias de despesa do OSS, constantes da Tabela II do Anexo II.

#### **Artigo 12.º**

##### **Alterações orçamentais**

As alterações orçamentais no âmbito das “Dotações para Todo o Governo” seguem o disposto no artigo 38.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, alterada pelas Leis n.º 9/2011, de 17 de agosto, e n.º 3/2013, de 11 de setembro, com exceção da Reserva de Contingência.

#### **Artigo 13.º**

##### **Utilização da reserva de contingência**

1. Em caso de necessidade urgente e imprevista, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode transferir fundos da dotação orçamental “Reserva de Contingência” para dotações orçamentais dos orçamentos dos SSAAF, dos OASRP e dos SFA, a pedido destes.
2. O pedido de uso da reserva de contingência deve ser devidamente justificado e deve conter a descrição detalhada das atividades a realizar por conta desses fundos.
3. Sem prejuízo dos números anteriores, o membro do Governo responsável pela área das finanças pode transferir a dotação orçamental da “Reserva de Contingência” para dotações orçamentais na categoria “Salários e Vencimentos” dos orçamentos dos SSAAF, dos OASRP e dos SFA, destinadas a cobrir os custos com as promoções de funcionários públicos realizadas pela Comissão da Função Pública.

#### **Artigo 14.º**

##### **Compromissos plurianuais**

No ano financeiro de 2020, ficam todas as entidades do perímetro orçamental autorizadas a assinar contratos públicos que constituam compromissos plurianuais.

### **Artigo 15.º**

#### **Garantia de execução**

No âmbito dos contratos celebrados cuja eficácia se encontre suspensa, o Governo fica autorizado a suspender a respetiva garantia de execução até se encontrarem reunidas as condições para a plena eficácia dos referidos contratos.

## **CAPÍTULO III**

### **Orçamento da Segurança Social**

#### **Secção I**

#### **Normas aplicáveis ao Orçamento da Segurança Social**

### **Artigo 16.º**

#### **Perímetro Orçamental**

O OSS integra:

- a) O orçamento do INSS, que inclui os orçamentos:
  - i) Do Regime Não Contributivo de Segurança Social que respeita a direitos da cidadania, não estando as prestações sociais dependentes de prévias contribuições;
  - ii) Do Regime Contributivo de Segurança Social de Repartição, que inclui as componentes do Regime Geral de Segurança Social e do Regime Transitório de Segurança Social;
  - iii) Da Administração do Sistema de Segurança Social.
- b) O orçamento do FRSS, que respeita ao Regime Contributivo de Segurança Social gerido em Capitalização.

### **Artigo 17.º**

#### **Princípios e regras**

1. O OSS é unitário, compreendendo todas as despesas e todas as receitas do INSS e do FRSS.
2. As receitas do OSS são consignadas ao financiamento das despesas da Segurança Social.
3. Os excedentes anuais do Regime Contributivo de Segurança Social de repartição revertem obrigatoriamente a favor do FRSS, a gerir em capitalização, a regulamentar por decreto-lei.
4. Sem prejuízo do número anterior, os excedentes do Regime Contributivo de Segurança Social de repartição podem ser integrados no exercício orçamental subsequente, no montante estritamente necessário para que não haja rutura da tesouraria.
5. O OSS está sujeito ao mesmo controlo orçamental, administrativo, jurisdicional e político do OGE.

6. O OSS está sujeito às mesmas regras de prestação de contas, relatórios e responsabilidade financeira que o OGE.
7. O INSS prepara, no mesmo prazo previsto para o OGE, os relatórios de execução física e financeira, individuais e consolidados, bem como a Conta da Segurança Social, que entrega aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da segurança social e ao Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de Contas.

#### **Artigo 18.º**

##### **Financiamento**

1. A proteção garantida no âmbito do Regime Não Contributivo de Segurança Social é financiada por transferências do OGE.
2. A proteção garantida no âmbito da componente do Regime Geral integrada no Regime Contributivo de Segurança Social de repartição é financiada por contribuições dos trabalhadores e das entidades empregadoras devidas no âmbito do Regime Geral de inscrição obrigatória e facultativa.
3. Constituem igualmente receitas a afetar à componente do Regime Geral de Segurança Social os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento das contribuições, os valores resultantes da aplicação de sanções, custos do processo e outros encargos legais, os rendimentos provenientes da rentabilização dos excedentes de tesouraria e os rendimentos do património.
4. A proteção garantida no âmbito da componente do Regime Transitório integrada no Regime Contributivo de Segurança Social de repartição é financiada por transferências do OGE.
5. As despesas de administração são financiadas por transferências do OGE, bem como por uma percentagem de até 5% da receita anual prevista de contribuições sociais.
6. Constituem receitas do Regime Contributivo de Segurança Social gerido em Capitalização (FRSS), os saldos líquidos acumulados pela Segurança Social até ao momento da constituição do FRSS e que constituem o seu capital inicial, bem como os excedentes anuais (saldos líquidos) do Regime Contributivo de Segurança Social de repartição, e os rendimentos do património próprio, incluindo os ganhos e rendimentos das aplicações financeiras.
7. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, podem ser afetadas a cada um dos Regimes de Segurança Social ou à Administração do Sistema de Segurança Social outras receitas que especificamente lhes sejam dirigidas, incluindo transferências de organismos estrangeiros e de outras entidades, subsídios, donativos, legados e heranças, ou outras receitas legalmente previstas.

#### **Secção II**

##### **Taxa e cobrança**

#### **Artigo 19.º**

##### **Taxa contributiva**

1. O valor da taxa contributiva em 2020 é de 10%, distribuída da seguinte forma:
  - a) 6 % da responsabilidade da entidade empregadora;



- b) 4 % da responsabilidade do trabalhador.
2. Sem prejuízo do referido no número anterior, as entidades empregadoras do setor privado podem, nos termos legais, beneficiar de reduções e dispensas na parcela da taxa contributiva a seu cargo, por períodos transitórios, visando apoiar e incentivar a adesão ao Regime Contributivo de Segurança Social.

#### **Artigo 20.º**

##### **Cobrança de contribuições e retenção na fonte**

1. Durante o ano de 2020, o INSS fica autorizado a cobrar as contribuições devidas à Segurança Social constantes da legislação em vigor, afetando-as ao OSS.
2. Durante o ano de 2020, o INSS fica autorizado a reter na fonte e a entregar à Administração Tributária os impostos devidos relativos às prestações pagas a beneficiários.

#### **Secção III**

##### **Aprovação**

#### **Artigo 21.º**

##### **Aprovação**

É aprovado o Orçamento da Segurança Social para o ano de 2020, nos seguintes termos:

- a) Tabela I do Anexo II à presente lei, dela fazendo parte integrante, com o total de receitas globais da Segurança Social, por classificação económica;
- b) Tabela II do Anexo II à presente lei, com o total de despesas globais da Segurança Social, por classificação económica.

#### **Secção IV**

##### **Gestão e Execução do Orçamento da Segurança Social**

#### **Artigo 22.º**

##### **Alterações orçamentais e execução do Orçamento da Segurança Social**

1. Incumbe ao INSS a gestão e execução global do OSS e do Sistema de Segurança Social.
2. As cobranças das receitas e os pagamentos de despesas do Sistema de Segurança Social competem ao INSS, que assume as competências de tesouraria única do Sistema de Segurança Social.
3. Os dinheiros da Segurança Social são depositados em contas bancárias tituladas pelo INSS, no Banco Central ou em qualquer outra instituição bancária, sem prejuízo do disposto no número seguinte, e não são considerados dinheiros públicos nos termos a que se refere o artigo 12.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, alterada pelas Leis n.º 9/2011, de 17 de agosto, e n.º 3/2013, de 11 de setembro.

4. Para os efeitos do disposto nos números anteriores, o conceito de dinheiros da Segurança Social compreende as disponibilidades de caixa ou equivalentes de caixa que estejam à guarda do INSS.
5. Compete ao INSS o investimento temporário de dinheiros da Segurança Social em instrumentos financeiros de curto prazo, sem risco e com liquidez, com o objetivo de assegurar uma gestão eficaz dos excedentes de tesouraria da Segurança Social.
6. Atendendo ao regime de gestão em capitalização, as disponibilidades financeiras de curto prazo do FRSS não estão sujeitas ao regime de tesouraria única, podendo o INSS contratualizar com entidade pública a sua gestão operacional, nos termos legais.
7. A gestão e execução do OSS são feitas com base num sistema informático de gestão financeira próprio.
8. A execução do OSS tem por base os respetivos planos de tesouraria, elaborados e aprovados pelo INSS.
9. Os saldos apurados no OSS são utilizados mediante prévia autorização a conceder pelo Governo, através de despacho do membro do Governo responsável pela área da segurança social.
10. As entradas e saídas de fundos do Setor de Segurança Social são efetuadas através do INSS, diretamente ou por intermédio de entidades colaboradoras, onde se mantêm depositados os seus excedentes e disponibilidades de tesouraria.
11. Competem ao Parlamento Nacional as alterações orçamentais que envolvam o aumento da despesa total do OSS, com exceção das despesas referentes às aplicações financeiras dos saldos transferidos para o Regime Contributivo de Capitalização (FRSS).
12. As demais alterações orçamentais ao OSS são da competência do Governo, aprovadas pelo membro do Governo responsável pela segurança social.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Disposições finais e transitórias**

##### **Artigo 23.º**

##### **Regras de execução do Orçamento Geral do Estado**

As regras de execução do OGE são aprovadas por decreto do Governo.

##### **Artigo 24.º**

##### **Controlo parlamentar**

O Parlamento Nacional realiza um debate trimestral, sobre a execução orçamental de cada Ministério, Secretaria de Estado, OASRP e SFA, bem como da Segurança Social, com a presença dos respetivos membros do Governo e dos órgãos de direção.

##### **Artigo 25.º**

##### **Responsabilidade**

1. A assunção de compromissos sem cabimento orçamental e a realização de pagamentos sem prévia assunção de compromisso nos termos legais gera responsabilidade política, financeira, civil e criminal, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de outubro, sobre Orçamento e Gestão Financeira, alterada pelas Leis n.º 9/2011, de 17 de agosto, e n.º 3/2013, de 11 de setembro.
2. No caso de compromisso plurianual, o cabimento orçamental abrange somente os pagamentos a efetuar durante o ano de 2020.
3. Para efeitos de efetivação da responsabilidade financeira prevista no número anterior, considera-se que o titular do cargo político procede, com tal conduta, a um pagamento indevido, sujeito a condenação na reposição da quantia correspondente, nos termos dos artigos 44.º e seguintes da Lei n.º 9/2011, de 17 de agosto, que aprova a Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, alterada pelas Leis n.º 3/2013, de 11 de setembro, e n.º 1/2017, de 18 de janeiro.
4. O órgão de direção dos OASRP e dos SFA responde financeira, civil e criminalmente pelos atos e omissões que pratique no âmbito do exercício das suas funções de execução orçamental, incluindo reporte e reconciliação, nos termos da Constituição e demais legislação aplicável, a qual tipifica as infrações criminais e financeiras, bem como as respetivas sanções, conforme sejam ou não cometidas com dolo.
5. Os responsáveis da entidade que gere as verbas afetas à Segurança Social respondem financeira, civil e criminalmente pelos atos e omissões que pratiquem no âmbito do exercício das suas funções de gestão e execução, incluindo reporte e reconciliação, nos termos da Constituição e demais legislação aplicável, a qual tipifica as infrações criminais e financeiras, bem como as respetivas sanções, conforme sejam ou não cometidas com dolo.

#### **Artigo 26.º**

#### **Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2020.

Aprovada em Conselho de Ministros de 19 de dezembro de 2019.

O Primeiro-Ministro,

Taur Matan Ruak

A Ministra das Finanças em Exercício

Sara Lobo Brites

## ANEXO I

### Receitas e Despesas do Orçamento Geral do Estado para 2020

TABELA I - Estimativa das receitas a serem cobradas por e financiamento das despesas dos órgãos e serviços da Administração Central para 2020 (milhões de dólares americanos) \*

#### I.1 Receitas

Grupo	Artigo	Valor
<b>1</b>	<b>Transferências do Fundo Petrolífero</b>	<b>996,5</b>
1.1	Rendimento Sustentável Estimado	536,8
1.2	Transferência Superior ao Rendimento Sustentável Estimado	459,7
<b>2</b>	<b>Receitas Não Petrolíferas</b>	<b>433,97</b>
2.1	Impostos Diretos	50,4
2.2	Impostos Indiretos	83,0
2.3	Outras Receitas e Taxas	0,0
2.4	Taxas e Encargos	64,9
2.5	Juros da Conta do Tesouro	0,8
2.6	Receitas Próprias dos SFA	234,87
	<i>das quais, saldo da Autoridade da RAEOA e da ZEESM</i>	<i>223,47</i>
<b>3</b>	<b>Doações</b>	<b>7,5</b>
<b>4</b>	<b>Empréstimos</b>	<b>73,0</b>
<b>5</b>	<b>Saldo da Conta do Tesouro</b>	<b>254,3</b>
<b>Total</b>		<b>1.765,2</b>

#### I.2 Financiamento das Despesas

Grupo	Valor
<b>1</b>	<b>Transferências do Fundo Petrolífero</b>
<b>2</b>	<b>Receitas Não petrolíferas</b>
	<i>das quais, saldo da Autoridade da RAEOA e da ZEESM</i>
<b>3</b>	<b>Doações</b>
<b>4</b>	<b>Empréstimos</b>
<b>5</b>	<b>Saldo da Conta do Tesouro</b>
<b>Total</b>	<b>1.668,0</b>

*Por referência: Receitas do Fundo Petrolífero*

	Valor
<b>1</b>	<b>Lucros partilhados do Petróleo e Gás</b>
	<b>47,2</b>

8 R

2	<i>Timor Sea First Tranche Petroleum (FTP) Royalties</i>	311,9
3	Imposto sobre o Rendimento	84,0
4	Imposto sobre o Petróleo Suplementar	121,7
5	Outros Impostos e Taxas Petrolíferas	30,2
6	Rendimento do Fundo Petrolífero	641,0
Total		1.236,0

\* Valores arredondados à décima para a unidade mais próxima, por excesso em relação a valores iguais ou superiores a 5 e por defeito nos restantes casos.



TABELA II – Dotações do Orçamento Geral do Estado para 2020 (milhares de dólares americanos) \*

Título   Capítulo		Categoria					Total das Despesas
Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas		
Por referência: Total de Despesas do OGE Incluindo Empréstimos							
Presidência da República (Órgão Autónomo Sem Receltas Próprias)							
Gabinete do Presidente da República	1.027	6.624	100	-	-	7.750	
Casa Civil	1.027	5.344	100	-	-	6.471	
Casa Militar	-	780	-	-	-	780	
Parlamento Nacional (Órgão Autónomo Sem Receltas Próprias)							
Parlamento Nacional	5.945	8.271	1.174	1.016	80	16.487	
Gabinete do Presidente do Parlamento Nacional	3.486	3.288	-	644	-	7.418	
Bancadas Parlamentares	75	792	-	-	-	868	
Comissão A	-	-	1.174	-	-	1.174	
Comissão B	-	90	-	-	-	90	
Comissão C	-	75	-	-	-	75	
Comissão D	-	80	-	-	-	80	
Comissão E	-	80	-	-	-	80	
Comissão F	-	95	-	-	-	95	
Comissão G	-	70	-	-	-	70	
Conselho de Fiscalização do Sistema Nacional de Inteligência de Timor-Leste	-	93	-	-	-	93	
Grupo de Mulheres Parlamentares de Timor-Leste	-	124	-	5	-	129	
Gabinete do Secretário-Geral do Parlamento	-	62	-	-	-	62	
Gabinete de Auditoria Interna	-	83	-	-	-	83	
Direção de Gestão Financeira	-	42	-	-	-	42	
Direção de Recursos Humanos e Formação	-	1.688	-	88	80	1.855	
Direção de Apoio Parlamentar	2.297	1.022	-	11	-	3.330	
Direção de Comunicação	-	102	-	11	-	113	
Direção de Planeamento, Monitorização e Avaliação	-	162	-	250	-	411	
Divisão de Protocolo	-	3	-	1	-	4	
Organização Global dos Parlamentares Contra a Corrupção	-	28	-	3	-	30	
Centro de Promoção da Igualdade de Género	-	80	-	-	-	80	
Gabinete de Estudos Estratégicos e Jurídicos	-	15	-	1	-	16	
Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação	-	24	-	-	-	24	
Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero	-	6	-	-	-	6	
Primeiro-Ministro	87	166	-	4	-	258	
	195	5.332	4.000	288	-	9.815	

82

Título   Capítulo	Categoria						Total das Despesas
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento		
<b>Gabinete de Apoio ao Primeiro-Ministro</b>	195	2932	-	269	-	-	3.396
Gabinete de Apoio à Sociedade Civil	-	300	4.000	-	-	-	4.300
Expo Dubai	-	2.100	-	19	-	-	2.119
<b>Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros</b>	530	3.697	-	-	-	-	4.227
Gabinete do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros	-	461	-	-	-	-	461
Direção Nacional de Administração e Finanças	-	2.283	-	-	-	-	2.283
Unidade de Apoio Jurídico	-	521	-	-	-	-	521
Gabinete da Porta-Voz do Governo	-	90	-	-	-	-	90
Direção Nacional de Recursos Humanos	530	114	-	-	-	-	644
Direção Nacional de Aquisição e Património	-	3	-	-	-	-	3
Direção Nacional de Logística e Património	-	225	-	-	-	-	225
<b>Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão</b>	584	923	250	29	-	-	1.786
Gabinete da Secretaria de Estado para a Igualdade e Inclusão	93	199	-	-	-	-	293
Direção-Geral	38	63	-	-	-	-	102
Gabinete de Inspeção e Avaliação	32	5	-	-	-	-	37
Direção Nacional da Administração e Finanças	141	330	-	29	-	-	500
Direção Nacional de Gestão do Plano e Estratégica	69	46	-	-	-	-	114
Direção Nacional de Desenvolvimento de Género	70	214	250	-	-	-	533
Direção Nacional de Política de Género e Inclusão	141	66	-	-	-	-	207
<b>Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos</b>	161	979	550	-	-	-	1.690
Gabinete do Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos	161	979	550	-	-	-	1.690
<b>Secretário de Estado para a Formação Profissional e Emprego</b>	1.552	2.232	600	137	70	-	4.591
Gabinete do Secretário de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego	91	178	-	-	-	-	270
Direção-Geral de Administração e Finanças	31	16	-	-	-	-	47
Direção Nacional de Administração e Finanças	106	338	-	104	70	-	617
Direção Nacional do Aproveitamento	47	30	-	-	-	-	77
Direção Nacional de Informação do Mercado de Trabalho	53	190	-	-	-	-	244
Gabinete de Inspeção e Avaliação	54	17	-	-	-	-	72
Direção Nacional da Política de Formação Profissional	83	211	300	-	-	-	594
Direção Nacional de Emprego Interior	105	103	300	-	-	-	508
Direção Nacional das Relações de Trabalho	107	90	-	-	-	-	196
Direção Nacional de Emprego Exterior	70	211	-	-	-	-	280
Gabinete de Apoio Jurídico	21	33	-	-	-	-	56
Secretariado da Estratégia Nacional de Emprego	23	36	-	-	-	-	59

Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
<b>Adido do Trabalho na Correia do Sol</b>	108	98	-	-	-	206
Labour Attaché - Austrália	144	171	-	34	-	348
Direção Nacional de Recursos Humanos	61	167	-	-	-	228
Direção Nacional de Planeamento, Monitorização e Avaliação	55	52	-	-	-	108
Direção Municipal de Baucan	23	27	-	-	-	50
Direção Municipal de Bobonaro	30	23	-	-	-	53
Direção Municipal de Manufahi	21	21	-	-	-	42
Direção Municipal de Cova Lima	19	26	-	-	-	45
Direção Municipal de Viqueque	17	23	-	-	-	40
Direção Municipal de Aileu	22	24	-	-	-	46
Direção Municipal de Ainaro	15	15	-	-	-	30
Direção Municipal de Ermera	27	31	-	-	-	57
Direção Municipal de Lautém	15	22	-	-	-	37
Direção Municipal de Liquiçá	15	15	-	-	-	30
Direção Municipal de Manatuto	17	20	-	-	-	38
Direção-Geral da Política de Formação Profissional e Emprego	26	17	-	-	-	42
Direção Municipal de Dili	4	8	-	-	-	12
Adido do Trabalho no Japão	144	16	-	-	-	160
<b>Secretário de Estado de Cooperativas</b>	448	1.486	1.200	78	-	3.212
Gabinete do Secretário de Estado de Cooperativas	85	321	-	-	-	406
Direção-Geral das Cooperativas	25	111	-	-	-	137
Direção Nacional de Administração e Finanças	53	387	-	-	-	440
Direção Nacional de Aproveitamento	51	262	-	78	-	391
Direção Nacional de Cooperativas de Produção Integrada	49	207	1.200	-	-	1.456
Direção Nacional de Desenvolvimento do Setor Cooperativo	110	142	-	-	-	252
Direção Nacional de Planeamento e Programas	51	34	-	-	-	85
Gabinete de Inspeção e de Auditoria	24	22	-	-	-	46
<b>Secretário de Estado do Ambiente</b>	573	1.229	-	45	-	1.847
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente	-	206	-	-	-	206
Direção-Geral do Ambiente	-	78	-	2	-	79
Direção Nacional de Biodiversidade	-	114	-	-	-	114
Direção Nacional do Controlo da Poluição	-	63	-	2	-	65
Autoridade Nacional Designada	-	-	-	-	-	-
Agência Nacional do Licenciamento Ambiental	-	-	-	-	-	-

82

Título   Capítulo	Categoria					Capital de Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas					
Gabinete de Auditoria Interna	-	37	-	-	-	3	-	40
Gabinete Jurídico e de Procedimento Ambiental	-	43	-	-	-	2	-	45
Direção Nacional de Recursos Humanos, Aprovisionamento e Logística	573	180	-	-	-	3	-	756
Direção Nacional do Planeamento, Administração e Finanças	-	212	-	-	-	30	-	243
Centro da Educação e da Informação Ambiental	-	190	-	-	-	3	-	193
Direção Nacional de Alterações Climáticas	-	106	-	-	-	-	-	106
<b>Ministério da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares, incluindo SECS</b>	1.112	2.820	1.753	-	-	70	1.998	7.753
<b>Ministério da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares, Excluindo SECS</b>	343	1.443	-	-	-	20	-	1.806
Gabinete do Ministro da Reforma Legislativa e dos Assuntos Parlamentares	118	660	-	-	-	-	-	778
Direção-Geral de Administração e Finanças	20	45	-	-	-	20	-	85
Direção Nacional de Aprovisionamento e Logística	40	9	-	-	-	-	-	49
Direção Nacional de Administração e Finanças	56	198	-	-	-	-	-	254
Gabinete de Reforma Judiciária	-	86	-	-	-	-	-	86
Gabinete de Reforma Legislativa	-	142	-	-	-	-	-	142
Gabinete para os Assuntos Parlamentares	28	74	-	-	-	-	-	102
Gabinete de Inovação Administrativa	29	150	-	-	-	-	-	179
Gabinete de Inspeção	-	16	-	-	-	-	-	16
Direção Nacional dos Serviços de Tradução	51	62	-	-	-	-	-	113
<b>Secretaria de Estado para a Comunicação Social</b>	770	1.377	1.753	-	-	50	1.998	5.948
Gabinete do Secretário de Estado para a Comunicação Social	81	600	-	-	-	-	-	681
Direção de Disseminação de Informação	541	330	75	-	-	-	-	945
Centro de Rádios Comunitárias	106	158	145	-	-	-	1.998	2.406
Centro de Formação e Técnica de Comunicação	42	290	-	-	-	50	-	382
Agência TATOLI, I.P.	-	-	533	-	-	-	-	533
Apoio à RTTL, E.P.	-	-	1.000	-	-	-	-	1.000
<b>Ministério das Finanças</b>	4.123	22.036	-	-	-	4.000	-	30.159
Gabinete Executivo	205	176	-	-	-	-	-	380
Direção-Geral de Gestão e Mobilização dos Recursos Externos	22	-	-	-	-	-	-	22
Direção Nacional de Gestão da Eficácia e Mobilização da Ajuda Externa	35	-	-	-	-	-	-	35
Unidade de Parcerias Público-Privadas	12	-	-	-	-	-	-	12
Unidade de Política e Mobilização de Empréstimos	20	-	-	-	-	-	-	20
Direção-Geral de Planeamento e Orçamento	34	-	-	-	-	-	-	34
Direção Nacional de Políticas Económicas	60	-	-	-	-	-	-	60
Direção Nacional do Planeamento	11	-	-	-	-	-	-	11

Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional do Orçamento	143	-	-	-	-	143
Direção-Geral do Tesouro	35	-	-	-	-	35
Direção Nacional de Contabilidade e Normalização Contabilística	47	-	-	-	-	47
Direção Nacional de Pagamentos e Administração de Dotações para Todo o Governo	200	-	-	-	-	200
Direção Nacional de Monitorização da Descentralização Financeira	26	-	-	-	-	26
Unidade de Gestão das Participações Públicas	10	-	-	-	-	10
Direção-Geral de Gestão do Património de Estado	17	-	-	-	-	17
Direção Nacional de Inventário e Gestão de Bens Móveis	68	-	-	-	-	68
Direção Nacional de Monitorização de Descentralização e Inspeção	55	-	-	-	-	55
Direção Nacional de Alienação de Bens Móveis	51	-	-	-	-	51
Gabinete Direção-Geral de Estatística	65	-	-	-	-	65
Direção Nacional de Metodologia e Recolha de Dados	66	-	-	-	-	66
Direção Nacional de Estatísticas Económicas e Sociais	71	-	-	-	-	71
Direção Nacional de Sistemas e Relatórios	51	-	-	-	-	51
Direção Nacional de Cartografia das Estatísticas	31	-	-	-	-	31
Unidade Municipal das Estatísticas Municipais	103	-	-	-	-	103
Direção-Geral de Serviços Corporativos	25	-	-	-	-	25
Direção Nacional de Recursos Humanos	921	-	-	-	-	921
Direção Nacional de Planeamento, Orçamento e Avaliação de Desempenho	29	-	-	-	-	29
Direção Nacional de Aproveitamento	42	-	-	-	-	42
Direção Nacional de Administração e Gestão de Contratos	41	-	-	-	-	41
Direção Nacional de Logística, Manutenção e Gestão de Projetos Especiais	102	-	-	-	-	102
Unidade de Finanças e de Gestão do Apoio Externo ao Ministério das Finanças	74	13.859	-	4.000	-	17.932
Unidade de Administração do Fundo Petrolífero	7	-	-	-	-	7
Unidade de Política de Reforma e Capacitação em Gestão das Finanças Públicas	28	3.756	-	-	-	3.785
Unidade de Sistemas Integrados de Informação de Gestão Financeira	63	-	-	-	-	63
Gabinete de Inspeção-Geral	41	-	-	-	-	41
Gabinete de Apoio Jurídico	20	-	-	-	-	20
Autoridade Advocacia	856	265	-	-	-	1.121
Autoridade Tributária	436	94	-	-	-	529
Apoio Direto Orçamento - União Europeia (UE)	-	3.887	-	-	-	3.887
<b>Dotações para todo o Governo</b>	<b>730</b>	<b>65.707</b>	<b>46.490</b>	<b>100</b>	-	<b>113.027</b>
Fundo de Contrapartidas	-	31.150	-	-	-	31.150
Auditoria Externa	-	700	-	-	-	700

82



Título / Capítulo	Categoria					Capital Menor	Capital de Depósito	Total das Despesas
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas					
Reserva de Contingência	730	15.807	-	-	-	-	-	16.537
Quotas de Membro de Instituições Internacionais	-	2.500	-	-	-	-	-	2.500
Pensões aos Ex-Titulares e Ex-Membros dos Órgãos de Soberania	-	-	5.500	-	-	-	-	5.500
Provisão para g/+	-	-	1.500	-	-	-	-	1.500
Provisão para Serviços Legais	-	8.050	-	-	-	-	-	8.050
Provisão para Apoio à Conferência Episcopal de Timor-Leste	-	-	8.000	-	-	-	-	8.000
Contribuição do Estado para o Regime Contributivo de Segurança Social	-	-	15.190	-	-	-	-	15.190
Apoio às Atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	-	1.000	-	-	-	-	-	1.000
Apoio Financeiro Internacional	-	-	800	-	-	-	-	800
Provisão para Capitalização do Banco Central de Timor-Leste	-	-	2.000	-	-	-	-	2.000
Provisão para Capitalização do Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste	-	-	1.000	-	-	-	-	1.000
Provisão para Oficina de Manutenção de Veículos do Governo	-	1.000	-	-	100	-	-	1.100
Provisão para Pagamento de Empréstimos	-	-	10.000	-	-	-	-	10.000
Provisão para Pagamento de Taxas da responsabilidade do Estado	-	-	500	-	-	-	-	500
Provisão para Pagamento de Taxas do Banco Central de Timor-Leste	-	-	2.000	-	-	-	-	2.000
Provisão para a Aviação Civil de Timor-Leste	-	3.000	-	-	-	-	-	3.000
Provisão para Censos da População	-	2.500	-	-	-	-	-	2.500
<b>Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação</b>	<b>14.584</b>	<b>10.822</b>	<b>64</b>	<b>609</b>	<b>25.270</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Gabinete do Ministro	-	125	-	-	-	-	-	125
Gabinete do Vice-Ministro	-	50	-	-	-	-	-	50
Direção-Geral para os Assuntos da ASEAN	-	100	-	-	-	-	-	100
Secretário-Geral	14.584	3.648	64	184	18.480	-	-	-
Agência de Cooperação de Timor-Leste	-	103	-	-	-	-	-	103
Unidade de Missão para o Desenvolvimento Regional Integrado - TIA	-	265	-	-	-	-	-	265
Missão Permanente em Nova Iorque	-	747	-	-	-	30	-	777
Embaixada da RDYL em Portugal	-	268	-	-	-	48	-	315
Embaixada da RDYL na Indonésia	-	184	-	-	-	-	-	184
Consulado Geral da RDYL em Denpasar	-	101	-	-	-	3	-	104
Consulado da RDYL em Kupang	-	48	-	-	-	3	-	51
Embaixada da RDYL em Washington	-	362	-	-	-	-	-	362
Embaixada da RDYL em Canberra	-	207	-	-	-	45	-	252
Consulado Geral da RDYL em Sidney	-	154	-	-	-	40	-	194
Consulado da RDYL em Darwin	-	150	-	-	-	-	-	150
Embaixada da RDYL na Malásia	-	176	-	-	-	-	-	176

Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Missão Permanente da RDTL em Bruxelas	-	303	-	-	-	303
Embaixada da RDTL na Tailândia	-	124	-	2	-	126
Embaixada da RDTL no Japão	-	221	-	-	-	221
Embaixada da RDTL em Beijing	-	194	-	-	-	194
Embaixada da RDTL em Moçambique	-	146	-	-	-	146
Embaixada da RDTL em Cuba	-	130	-	45	-	175
Embaixada da RDTL nas Filipinas	-	105	-	3	-	108
Missão Permanente da RDTL em Genebra	-	156	-	-	-	156
Embaixada da RDTL no Vaticano/Roma	-	146	-	45	-	191
Embaixada da RDTL em Brasília	-	160	-	-	-	160
Embaixada da RDTL na Coreia do Sul	-	235	-	5	-	240
Missão Permanente da RDTL na CPLP/UNESCO	-	140	-	48	-	188
Embaixada da RDTL em Singapura	-	244	-	-	-	244
Embaixada da RDTL no Vietname	-	125	-	-	-	125
Agente Consular da RDTL em Atambua	-	59	-	-	-	59
Embaixada da RDTL em Londres	-	259	-	-	-	259
Embaixada da RDTL na Nova Zelândia	-	155	-	35	-	190
Embaixada da RDTL no Laos	-	99	-	-	-	99
Embaixada da RDTL no Myanmar	-	107	-	32	-	139
Embaixada da RDTL no Camboja	-	127	-	35	-	162
Embaixada da RDTL no Brunei	-	106	-	-	-	106
<b>Ministério da Justiça</b>	<b>5.117</b>	<b>12.271</b>	<b>-</b>	<b>671</b>	<b>194</b>	<b>18.253</b>
Gabinete do Ministro	123	75	-	-	-	198
Gabinete do Vice-Ministro da Justiça	95	25	-	-	-	120
Gabinete do Secretário de Estado de Terras e Propriedades	89	55	-	-	-	144
Direção-Geral de Administração Política da Justiça	63	30	-	-	-	93
Gabinete de Inspeção e Auditoria	83	66	-	-	-	149
Direção Nacional de Administração e Finanças	222	5.162	-	671	-	6.055
Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	91	285	-	-	-	376
Direção Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania	112	46	-	-	-	158
Direção Nacional dos Registos e Notariado	-	25	-	-	-	25
Direção Nacional dos Serviços Prisionais e da Reinserção Social	973	1.785	-	-	66	2.824
Centro de Formação Jurídica e Judiciária	133	47	-	-	-	179
Defensoria Pública	1.360	195	-	-	53	1.608

Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Beas e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
<b>Ministério da Administração Estatal</b>						
Direção-Geral de Terras e Propriedades	708	390	-	-	-	1.098
Unidade de Aproveitamento Descentralizado	53	17	-	-	-	70
Direção Nacional de Recursos Humanos	125	2.474	-	-	-	2.599
Direção Nacional de Identificação Civil e Registro Criminal	-	77	-	-	-	77
Direção Nacional de Terras e Propriedades	-	222	-	-	-	222
Direção Nacional dos Serviços Catastrais	-	52	-	-	-	52
Direção Nacional da Informação Geoespacial	-	75	-	-	-	75
Comissão de Terras e Propriedades	15	26	-	-	-	41
Direção-Geral dos Serviços de Registos e Notariado	871	1.142	-	-	75	2.088
<b>Ministério da Administração Estatal</b>	<b>3.778</b>	<b>8.941</b>	<b>6.448</b>	<b>1.347</b>	-	<b>20.514</b>
Gabinete do Ministro	-	173	-	-	-	173
Unidade de Aproveitamento Descentralizado	-	33	-	-	-	33
Unidade de Assessoria Técnica	-	21	-	-	-	21
Gabinete do Vice-Ministro	-	846	-	-	-	846
Direção-Geral de Administração e Finanças	-	129	-	-	-	129
Direção-Geral da Descentralização Administrativa	-	52	-	-	-	52
Direção Nacional de Finanças Municipais	-	38	-	-	-	38
Direção Nacional de Modernização da Administração Local	-	41	-	-	-	41
Inspeção-Geral da Administração Estatal	-	44	-	-	-	44
Secretariado Técnico do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos	-	671	6.448	367	-	7.486
Direção Nacional do Planeamento, Finanças e Património	3.778	2.683	-	-	-	6.461
Direção Nacional de Administração e Recursos Humanos	-	49	-	-	-	49
Arquivo Nacional	-	111	-	-	-	111
Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	-	2.275	-	970	-	3.245
Direção Nacional para a Organização Urbana	-	43	-	-	-	43
Direção Nacional do Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal	-	84	-	-	-	84
Direção Nacional de Apoio à Administração dos Sucos	-	83	-	-	-	83
Direção Nacional da Administração Local	-	41	-	-	-	41
Secretariado de Apoio à Iniciação dos Municípios	-	136	-	10	-	146
Apoio Directo Orçamento - União Europeia (UE)	-	1.388	-	-	-	1.388
<b>Ministério da Saúde</b>	<b>23.992</b>	<b>14.723</b>	<b>11.282</b>	<b>2.661</b>	<b>5.756</b>	<b>58.413</b>
Gabinete do Ministro	125	301	-	-	-	425
Gabinete da Vice-Ministra I	108	412	-	-	-	590
Gabinete do Vice-Ministro II	102	382	-	-	-	484

Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Meior	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Inspecção-Geral da Saúde	117	116	-	-	-	233
Direcção-Geral das Prestações em Saúde	55	101	5.280	-	-	5.435
Direcção Nacional dos Recursos Humanos	649	287	-	17	-	953
Direcção Nacional do Orçamento e Gestão Financeira	182	882	-	78	-	1.142
Direcção Nacional de Saúde Pública	17.726	3.650	252	-	30	21.657
Gabinete de Política, Planeamento e Cooperação em Saúde	156	260	-	7	-	423
Direcção Nacional dos Serviços Hospitalares e Emergência	339	886	5.750	1.467	-	8.441
Hospital de Referência de Baucau	1.426	1.123	-	99	-	2.648
Hospital de Referência de Malindi	772	558	-	-	-	1.330
Hospital de Referência de Maubisse	687	601	-	-	-	1.288
Hospital de Referência de Suai	705	617	-	-	-	1.322
Gabinete de Garantia da Qualidade na Saúde	109	218	-	-	-	328
Direcção Nacional da Administração, Logística e Património	264	1.069	-	960	5.726	8.020
Direcção Nacional de Aproveitamento	74	241	-	18	-	332
Direcção Nacional de Farmácia e Medicamentos	129	212	-	-	-	341
Gabinete de Licenciamento e Registo das Actividades de Saúde	41	77	-	5	-	123
Direcção-Geral dos Serviços Corporativos	40	122	-	-	-	162
Direcção Nacional de Controlo de Doenças	187	318	-	11	-	515
Apoio Directo Orçamento - União Europeia (UE)	-	2.221	-	-	-	2.221
<b>Ministério da Educação, Juventude e Desporto Incluindo SEJD</b>	<b>61.217</b>	<b>19.325</b>	<b>6.125</b>	<b>3.286</b>	<b>7.022</b>	<b>96.975</b>
<b>Ministério da Educação, Juventude e Desporto Excluindo SEJD</b>	<b>60.608</b>	<b>17.864</b>	<b>1.775</b>	<b>3.236</b>	<b>6.028</b>	<b>89.511</b>
Gabinete do Ministro	-	57	-	-	-	57
Gabinete do Vice-Ministro da Educação, Juventude e Desporto	-	46	-	-	-	46
Gabinete do Inspector-Geral	-	52	-	53	-	106
Gabinete Jurídico	-	17	-	-	-	17
Direcção-Geral de Administração e Finanças	-	12	-	-	-	12
Direcção Nacional de Finanças, Administração e Logística	20	6.263	800	-	-	7.083
Direcção Nacional dos Recursos Humanos	60.586	65	-	-	-	60.650
Direcção Nacional de Aproveitamento	2	28	-	-	-	30
Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE)	-	1.144	505	134	-	1.783
Direcção Nacional de Acção Social Escolar	-	164	-	-	-	164
Unidade do Currículo Nacional	-	3.054	-	-	-	3.054
Direcção Nacional do Ensino Pré-Escolar	-	132	17	-	-	149
Direcção Nacional do Ensino Básico	-	3.127	85	580	-	3.793

82

Título   Capítulo		Categoria					Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Suários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor					
Direção Nacional do Ensino Secundário Geral	-	484	27	-	-	-	510	
Direção Nacional do Ensino Secundário Técnico-Vocacional	-	302	235	353	-	-	890	
Direção Nacional do Ensino Recorrente	-	206	32	-	-	-	238	
Direção-Geral da Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Recorrente	-	16	-	-	-	-	16	
Direção-Geral do Ensino Secundário	-	19	-	-	-	-	19	
Direção Nacional da Educação Eletrónica e Bibliotecas	-	32	-	72	-	-	104	
Centro de Imprensa	-	543	-	220	-	-	763	
Direção-Geral do Plano, Políticas e Iniciação	-	18	-	-	-	-	18	
Direção Nacional de Infraestruturas Educativas	-	694	-	1.312	6.028	-	8.033	
Direção Nacional do Plano e Educação Inclusiva	-	164	75	-	-	-	239	
Direção Nacional das Parcerias e Cooperação	-	68	-	-	-	-	68	
Direção Nacional do Património, Logística e Informática	-	1.156	-	512	-	-	1.668	
Secretário de Estado da Juventude e Desporto	609	1.461	4.350	50	994	-	7.464	
Gabinete do Secretário de Estado	91	319	720	9	-	-	1.140	
Direção-Geral dos Serviços Corporativos	-	5	-	-	-	-	5	
Direção Nacional de Administração e Finanças	518	963	-	23	994	-	2.498	
Direção Nacional do Associativismo da Juventude	-	44	1.108	-	-	-	1.151	
Direção Nacional do Desporto de Alta Competição	-	22	1.728	-	-	-	1.750	
Direção Nacional de Informação, Comunicação e Novas Tecnologias	-	42	-	18	-	-	60	
Direção Nacional de Planeamento e Cooperação Institucional	-	32	-	-	-	-	32	
Direção Nacional da Criatividade da Juventude	-	8	340	-	-	-	348	
Unidade de Inspeção e Auditoria	-	12	-	-	-	-	12	
Direção-Geral da Juventude e Desporto	-	5	-	-	-	-	5	
Direção Nacional do Desporto Educacional e Comunitário	-	10	454	-	-	-	464	
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, Incluido SEAC	2.300	4.106	430	194	180	-	7.210	
Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, Excluido SEAC	1.791	2.814	230	166	-	-	5.001	
Gabinete do Ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura	123	209	-	-	-	-	332	
Direção-Geral do Ensino Superior e da Ciência	21	67	-	-	-	-	88	
Direção Nacional do Ensino Superior Universitário	51	413	230	-	-	-	693	
Direção Nacional do Ensino Superior Técnico	141	67	-	-	-	-	207	
Unidade de Coordenação do Apoio ao Estudante (UCAE)	1.059	342	-	-	-	-	1.401	
Secretariado do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	-	110	-	-	-	-	110	
Direção-Geral de Administração e Finanças	17	118	-	-	-	-	135	
Direção Nacional de Finanças, Administração, Logística e Património	109	548	-	156	-	-	813	



Título   Capítulo	Categorias					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de Aproveitamento	57	39	-	-	-	97
Direção Nacional de Recursos Humanos	74	62	-	-	-	135
Direção Nacional de Planejamento, Perícias e Estatística	41	149	-	-	-	190
Direção Nacional de Currículo do Ensino Superior	55	237	-	-	-	292
Unidade de Apoio Jurídico	7	165	-	-	-	172
Gabinete de Inspeção	37	41	-	-	-	77
Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) Timor-Leste	-	249	-	10	-	259
<b>Secretário de Estado da Arte e Cultura</b>	509	1.292	200	28	180	2.208
Gabinete do Secretário de Estado da Arte e Cultura	97	185	-	-	-	282
Direção-Geral das Artes e da Cultura	109	307	-	-	180	596
Direção Nacional de Bibliotecas e Museus	153	153	-	-	-	306
Direção Nacional do Património Cultural	96	220	200	-	-	516
Direção Nacional de Artes, Cultura e Indústrias Criativas Culturais	54	113	-	-	-	167
Unidade de Implementação da Academia das Artes e Indústrias Criativas Culturais	-	313	-	28	-	341
<b>Ministério da Solidariedade Social e Inclusão</b>	1.779	5.078	50.293	360	-	57.510
Gabinete da Ministra	-	432	-	-	-	432
Gabinete da Vice-Ministra	-	143	-	-	-	143
Inspeção e Auditoria Interna	-	25	-	-	-	25
Direção-Geral da Administração e Finanças	-	17	-	-	-	17
Gabinete de Estudos, Planeamento e Desenvolvimento Institucional	-	49	-	2	-	51
Unidade de Protocolo Comunicação e Relações Públicas	-	33	-	-	-	33
Direção Nacional do Orçamento, Gestão Financeira e Patrimonial	-	1.371	-	243	-	1.613
Direção Nacional de Administração, Recursos Humanos e Logísticas	1.779	525	-	-	-	2.304
Direção Nacional de Assistência Social	-	1.366	6.800	116	-	8.282
Direção Nacional de Inclusão Reintegração Comunitária	-	672	1.700	-	-	2.372
Direção-Geral de Solidariedade Social e Inclusão	-	16	-	-	-	16
Comissão de Combate ao HIV-Sida	-	-	479	-	-	479
Comissão Nacional dos Direitos das Crianças	-	180	-	-	-	180
Direção Nacional do Aproveitamento	-	59	-	-	-	59
Direção Nacional da Proteção das Pessoas com Deficiência	-	142	-	-	-	142
Unidade de Cooperação e Parceria	-	47	-	-	-	47
Provisão para despesas do Instituto Nacional de Segurança Social	-	-	41.314	-	-	41.314
<b>Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional</b>	575	6.040	91.426	551	2.416	101.008
Gabinete do Ministro para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	123	22	-	-	-	145

Título   Capítulo	Categoria					Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas					
<b>Gabinete do Secretário de Estado para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional</b>	91	1.057	-	-	-	-	-	1.149
Gabinete de Inspeção e Auditoria	35	66	-	-	-	10	-	111
Direção-Geral para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	37	1.364	-	-	-	493	-	1.894
Direção Nacional de Aproveitamento e Logística	72	217	-	-	-	3	-	292
Direção Nacional de Administração e Finanças	66	960	-	-	-	7	-	1.033
Direção Nacional de Gestão do Património e Programas	72	1.158	-	-	-	12	2.416	3.658
Direção Nacional das Pensões e Subvenções	79	1.195	91.426	-	-	25	-	92.725
<b>Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico</b>	223	5.901	-	-	-	238	11.616	17.978
Gabinete do Ministro	85	-	-	-	-	-	-	85
Direção-Geral de Gestão Administrativa	16	51	-	-	-	-	-	66
Gabinete Jurídico	7	135	-	-	-	-	-	142
Direção Nacional de Gestão de Recursos Humanos	43	56	-	-	-	-	-	98
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	20	22	-	-	-	-	-	42
Direção Nacional de Administração, Finanças e Aproveitamento	53	272	-	-	-	-	-	326
Agência de Desenvolvimento Nacional	-	2.494	-	-	-	125	11.616	14.235
Comissão Nacional de Aproveitamento	-	1.522	-	-	-	-	-	1.522
Unidade de Planeamento Integrado	-	1.350	-	-	-	113	-	1.462
<b>Ministério das Obras Públicas</b>	5.279	195.259	1.000	-	-	3.403	24.572	229.514
Gabinete do Ministro	-	815	-	-	-	-	-	815
Gabinete do Vice-Ministro	-	145	-	-	-	-	-	145
Unidade dos Serviços Jurídicos	-	3	-	-	-	-	-	3
Gabinete de Inspeção e Auditoria	-	89	-	-	-	-	-	89
Unidade de Planeamento	-	58	-	-	-	-	-	58
Direção-Geral de Administração e Finanças	-	611	-	-	-	-	-	611
Direção Nacional de Administração e Gestão do Património	-	1.871	-	-	-	-	-	1.871
Direção Nacional de Organismo e Finanças	-	10.387	-	-	-	-	8.272	18.659
Direção Nacional de Aproveitamento	-	462	-	-	-	-	-	462
Direção Nacional de Recursos Humanos	5.279	72	-	-	-	-	-	5.351
Direção-Geral das Obras Públicas	-	38	-	-	-	-	-	38
Direção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento	-	121	-	-	-	-	-	121
Direção Nacional de Estradas, Pontes e Controlo de Obras	-	7.112	-	-	-	-	7.985	15.097
Direção-Geral da Electricidade	-	44	-	-	-	-	-	44
Direção Nacional de Produção de Energia Elétrica	-	219	-	-	-	-	-	219
Direção Nacional de Distribuição Energia Elétrica e Apoio ao Consumidor	-	712	-	-	-	1.403	-	2.116

8/12

Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de Transmissão de Energia Elétrica	-	960	-	1.000	-	1.960
Direção Nacional de Energias Renováveis	-	53	1.000	-	-	1.053
Direção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Eletricidade	-	39	-	-	-	39
Direção-Geral de Água e Saneamento	-	25	-	-	-	25
Direção Nacional dos Serviços de Água	-	4.798	-	1.000	8.315	14.113
Direção Nacional de Gestão dos Recursos de Água	-	123	-	-	-	123
Direção Nacional de Saneamento Básico	-	114	-	-	-	114
Direção-Geral de Habitação e Planejamento Urbano	-	20	-	-	-	20
Direção Nacional de Planejamento Urbano	-	467	-	-	-	467
Direção Nacional de Habitação	-	446	-	-	-	446
Direção Nacional de Edificações	-	246	-	-	-	246
Provisão para Despesas com Combustíveis, Manutenção da Geradores e Linhas Transmissão	-	165.208	-	-	-	165.208
<b>Ministério dos Transportes e Comunicações</b>	<b>1.496</b>	<b>5.499</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.792</b>	<b>10.787</b>
Gabinete do Ministro dos Transportes e Comunicações	108	146	-	-	-	254
Gabinete do Planejamento Político e Cooperação	52	49	-	-	-	101
Gabinete Jurídico	9	150	-	-	-	159
Gabinete de Inspeção e Auditoria	32	35	-	-	-	68
Direção Nacional do Orçamento, Gestão e Finanças	45	184	-	-	792	1.022
Direção Nacional dos Recursos Humanos	273	49	-	-	-	322
Direção Nacional de Aproveitamento	54	47	-	-	-	101
Direção Nacional de Administração, Logística e Patrimônio	65	65	-	-	-	130
Direção-Geral da Administração e Finanças	28	76	-	-	-	103
Gabinete do Diretor-Geral dos Transportes e Comunicações	49	152	-	-	-	201
Direção Nacional dos Serviços de Transportes Marítimos	94	69	-	-	-	164
Direção Nacional de Metrologia e Geofísica	73	119	-	-	-	192
Direção Nacional dos Transportes Terrestres	343	1.006	-	-	-	1.350
Direção Nacional dos Correios de Timor-Leste	101	137	-	-	-	239
Direção Nacional de Informática e Tecnologia	170	3.214	-	-	3.000	6.384
<b>Ministério do Turismo, Comércio e Indústria</b>	<b>1.705</b>	<b>5.748</b>	<b>446</b>	<b>215</b>	<b>380</b>	<b>8.493</b>
Gabinete do Ministro	123	218	-	-	-	340
Gabinete do Vice-Ministro	95	112	-	-	-	207
Instituto para a Qualidade de Timor-Leste, IQTL, IP	18	113	-	15	-	146
Gabinete de Apoio Técnico e Jurídico	31	56	-	-	-	87
Direção-Geral do Comércio	23	67	-	-	-	90

82

Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Direção Nacional de Regulação Construtiva e Proteção de Comunidades	64	74	-	-	-	139
Direção Nacional do Comércio Interno	61	232	-	-	-	293
Direção Nacional do Comércio Externo	277	269	-	-	-	546
Direção Nacional de Marketing	34	119	-	-	-	153
Direção-Geral do Turismo	31	79	-	-	-	110
Direção Nacional do Desenvolvimento Turístico	44	674	146	-	380	1244
Direção Nacional de Empreendimentos, Atividades e Produtos Turísticos	45	149	-	-	-	195
Direção Nacional de Promoção Turística e Relações Internacionais	51	153	-	-	-	204
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	66	44	-	-	-	110
Direção-Geral da Indústria	20	54	-	-	-	74
Direção Nacional de Apoio e Desenvolvimento a Micro, Pequenas e Médias Empresas	35	42	-	-	-	76
Direção Nacional de Desenvolvimento Industrial	55	141	300	-	-	496
Direção Nacional Indústria Manufatureira	60	70	-	-	-	130
Direção-Geral de Coordenação, Administração, Finanças e Planejamento	28	159	-	-	-	187
Direção Nacional dos Recursos Humanos	63	1314	-	-	-	1377
Direção Nacional de Finanças	71	339	-	-	-	410
Direção Nacional de Aprovisionamento	57	155	-	-	-	212
Direção Nacional de Pesquisas e Estatística	52	42	-	-	-	94
Direção Nacional de Coordenação de Serviços e Planejamento	49	30	-	-	-	79
Direção Nacional de Logística e Patrimônio	56	475	-	182	-	713
Inspeção-Geral de Jogos	77	386	-	-	-	463
Centro de Convenções de Díli	36	182	-	18	-	216
Serviços descentralizados	82	-	-	-	-	82
<b>Ministério da Agricultura e Pescas</b>	<b>3.784</b>	<b>9.824</b>	<b>214</b>	<b>694</b>	<b>2.783</b>	<b>17.299</b>
Gabinete Ministro	110	800	-	18	-	927
Gabinete Secretário do Estado das Pescas	82	40	-	-	-	122
Unidade de Coordenação de Parceiros de Desenvolvimento	12	17	-	-	-	29
Direção-Geral dos Serviços Corporativos	41	40	-	-	-	81
Direção Nacional de Administração e Finanças	128	200	-	5	-	332
Direção Nacional de Aprovisionamento	63	54	-	-	-	117
Direção Nacional de Logística e Patrimônio	70	250	-	38	150	508
Direção Nacional de Recursos Humanos	89	141	-	4	-	234
Direção Nacional de Política, Planejamento e Monitorização	118	83	-	4	-	205
Unidade de Apoio Jurídico	43	20	-	-	-	63

Título   Capítulo	Categoria					Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor			
Direção-Geral de Cooperação e Desenvolvimento da Instituição	39	30	-	-	-	-	69
Direção Nacional de Segurança Alimentar	69	110	-	-	-	-	179
Direção Nacional de Pesquisa e Estatística	270	349	-	19	-	-	638
Direção Nacional de Formação Técnica Agrícola	494	354	-	-	-	-	848
Direção Nacional do Agro-Comércio e Cooperação do Setor Privado	81	279	-	87	-	-	447
Direção Nacional de Extensão Agrícola	101	279	-	5	-	-	385
Direção Nacional de Quarentena e Biossegurança	286	232	-	10	-	-	528
Direção-Geral da Agricultura	24	30	-	-	-	-	54
Direção Nacional da Agricultura e Horticultura	248	2.141	214	217	-	-	2.821
Direção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização da Água	158	251	-	200	2.367	-	2.976
Direção-Geral da Pecuária e Veterinária	26	30	-	-	-	-	56
Direção Nacional de Pecuária	163	539	-	70	98	-	870
Direção Nacional de Veterinária	72	458	-	-	-	-	530
Direção-Geral das Florestas, Café e Plantas Industriais	19	30	-	-	-	-	49
Direção Nacional de Conservação das Florestas e Desenvolvimento do Ecoturismo	156	242	-	-	-	-	398
Direção Nacional de Gestão das Florestas, Bacias Hidrográficas e Áreas Mangais	143	546	-	-	-	-	689
Direção Nacional de Desenvolvimento da Floresta Comunitária	16	368	-	-	-	-	384
Direção Nacional de Café e Plantas Industriais	103	857	-	15	-	-	975
Direção-Geral das Pescas, Aquicultura e Recursos Marinhos	16	30	-	-	-	-	46
Direção Nacional de Planeamento Espacial do Mar, Captura e Gestão dos Recursos Aquáticos	232	214	-	-	-	-	445
Direção Nacional de Aquicultura e Salicicultura	124	309	-	-	-	-	432
Direção Nacional de Inspeção das Pescas e dos Recursos Aquáticos	87	225	-	3	-	-	315
Direção Nacional de Desenvolvimento e Estudos Técnico das Pescas e Aquicultura	48	228	-	-	168	-	444
Gabinete de Inspeção, Auditoria, Monitorização e Avaliação	11	10	-	-	-	-	21
Subgabinete de Inspeção, Auditoria, Monitorização e Avaliação	41	38	-	-	-	-	79
<b>Ministério da Defesa Incluido F-FDTL</b>	<b>10.381</b>	<b>25.920</b>	-	<b>2.956</b>	<b>100</b>	-	<b>38.456</b>
<b>Ministério da Defesa Excluido F-FDTL</b>	<b>1.046</b>	<b>11.439</b>	-	<b>1.813</b>	-	-	<b>14.297</b>
Gabinete do Ministro	123	25	-	-	-	-	148
Direção-Geral	15	168	-	-	-	-	183
Gabinete de Inspeção e Auditoria	32	30	-	-	-	-	62
Direção Nacional de Administração e Finanças	563	538	-	-	-	-	1.102
Direção Nacional do Planeamento Estratégico e Política Internacional da Defesa	33	550	-	-	-	-	583
Direção Nacional de Aproveitamento	78	300	-	-	-	-	378
Direção Nacional de Gestão do Património	63	7.937	-	1.813	-	-	9.812

Título   Capítulo		Categoria					Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
		Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor			
Direção Nacional de Recursos Humanos								
Gabinete Jurídico		55	1.020	-	-	-	1.075	
		28	624	-	-	-	652	
Direção Nacional de Política Internacional		28	48	-	-	-	76	
Direção-Geral de Política da Defesa e Cooperação Internacional		28	200	-	-	-	228	
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste								
		9.335	14.480	-	243	100	24.158	
Quartel Geral das F-FDTL		9.335	14.480	-	243	100	24.158	
Ministério do Interior, Incluído PNTL								
Ministério do Interior, Excluído PNTL		22.713	22.654	500	1.096	1.560	48.522	
Gabinete do Ministro		6.813	7.575	500	288	1.260	16.436	
		123	420	-	-	1.260	1.803	
Gabinete do Secretário de Estado para a Proteção Civil		91	293	-	-	-	385	
Gabinete do Diretor-Geral dos Serviços Corporativos		81	66	-	-	-	147	
Gabinete de Inspeção e Auditoria		85	33	-	-	-	118	
Direção Nacional de Administração e Finanças		114	337	-	-	-	451	
Direção Nacional de Logística e Gestão do Património		56	47	-	-	-	103	
Direção Nacional de Segurança do Património Público		3.050	2.650	-	-	-	5.699	
Direção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários		131	261	-	-	-	392	
Direção Nacional de Aproximamento		73	68	-	-	-	141	
Serviços de Migração		991	1.353	-	120	-	2.464	
Gabinete do Diretor-Geral dos Serviços Operacionais		226	408	-	-	-	634	
Gabinete de Assessoria		35	105	-	-	-	140	
Direção Nacional de Recursos Humanos		70	51	-	-	-	120	
Gabinete Estudo Político no Planeamento Estratégico		34	44	-	48	-	126	
Direção Nacional de Bombeiros		1.343	617	-	120	-	2.079	
Direção Nacional Gestão Risco Desastre		312	822	-	-	-	1.635	
Polícia Nacional de Timor-Leste		15.900	15.079	500	-	-	32.087	
Direção Nacional de Administração e Finanças		15.900	9.031	-	808	300	26.039	
Unidade Especial da Polícia		-	2.161	-	-	-	2.161	
Unidade de Patrulhamento das Fronteiras		-	1.094	-	-	-	1.094	
Unidade Marítima		-	633	-	-	-	633	
Comando Nacional de Operações		-	996	-	-	-	996	
Centro da Formação da Polícia		-	271	-	-	-	271	
Região I		-	306	-	-	-	306	
Região II		-	275	-	-	-	275	
Região III		-	249	-	-	-	249	



Título / Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Região Oe-Cusse	-	63	-	-	-	63
<b>Ministério do Petróleo e Minerais</b>	308	869	86.368	-	-	87.528
Gabinete do Ministro	123	334	-	-	-	456
Diretor-Geral	12	1	-	-	-	13
Gabinete de Inspeção e Auditoria	23	1	-	-	-	24
Gabinete de Apoio Jurídico	7	1	-	-	-	8
Direção Nacional de Administração e Finanças	90	300	86.360	-	-	86.750
Secretariado TL- EITI	12	223	-	-	-	235
Direção Nacional de Recursos Humanos	39	1	-	-	-	40
<b>Tribunais</b>	3.644	3.331	43	1.408	750	9.176
Conselho Superior da Magistratura Judicial	-	25	-	-	-	25
Tribunal de Recurso	3.644	2.933	43	1.408	750	8.778
Tribunais Distritais	-	373	-	-	-	373
<b>Procuradoria-Geral da República</b>	2.419	1.644	-	295	572	4.930
Procuradoria-Geral da República	1.723	1.476	-	295	572	4.067
Procuradoria Distrital de Baucau	274	65	-	-	-	340
Procuradoria Distrital de Suai	305	65	-	-	-	370
Procuradoria Distrital de Oe-Cusse	116	38	-	-	-	154
<b>Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça</b>	867	1.004	-	50	-	1.922
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	867	755	-	50	-	1.673
Direções de Direitos Humanos e Boa Governação	-	111	-	-	-	111
Gabinete de Relações Públicas e Coordenação Institucional	-	27	-	-	-	27
Delegação Territorial de Baucau	-	18	-	-	-	18
Delegação Territorial de Manufahi	-	17	-	-	-	17
Delegação Territorial de Bobonaro	-	17	-	-	-	17
Delegação Territorial de Oe-Cusse	-	11	-	-	-	11
Direções de Pesquisa e Assistência Pública	-	48	-	-	-	48
<b>Comissão Anticorrupção</b>	849	725	-	203	-	1.776
Comissão Anticorrupção	849	725	-	203	-	1.776
<b>Comissão da Função Pública</b>	1.085	1.311	-	-	-	2.395
Comissão da Função Pública	1.085	1.311	-	-	-	2.395
<b>Universidade Nacional Timor-Leste (Serviço e Fundo Autónomo)</b>	9.031	4.993	-	-	1.470	15.494
Universidade Nacional Timor-Leste	9.031	4.993	-	-	1.470	15.494
<b>Arquivo e Museu da Resistência Timorense (Serviço e Fundo Autónomo)</b>	-	2.949	-	54	-	3.003

Título   Capítulo	Categoria					Capital de Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas					
Arquivo e Museu da Resistência Timorese	-	2.949	-	-	54	-	-	3.003
Conselho de Imprensa (Serviço e Fundo Autônomo)	231	560	-	-	150	-	-	941
Conselho de Imprensa	231	560	-	-	150	-	-	941
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (Serviço e Fundo Autônomo)	519	696	-	-	168	-	-	1.383
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	519	696	-	-	168	-	-	1.383
Agência de Promoção e Exportação de Timor-Leste - TradeInvest Timor-Leste (Serviço e Fundo Autônomo)	-	1.238	-	-	14	-	-	1.252
Agência de Promoção e Exportação de Timor-Leste - TradeInvest Timor-Leste	-	1.238	-	-	14	-	-	1.252
Serviço de Registo e Verificação Empresarial (Serviço e Fundo Autônomo)	4	1.253	-	-	-	-	-	1.257
Serviço de Registo e Verificação Empresarial	4	1.253	-	-	-	-	-	1.257
Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu (Serviço e Fundo Autônomo)	-	603	-	-	81	69	-	752
Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do BAMBU	-	603	-	-	81	69	-	752
Centro de Formação SENAI (Serviço e Fundo Autônomo)	94	300	-	-	250	-	-	644
Centro de Formação SENAI	94	300	-	-	250	-	-	644
Polícia Científica de Investigação Criminal (Serviço e Fundo Autônomo)	1.176	534	-	-	140	-	-	1.840
Polícia Científica de Investigação Criminal	1.176	534	-	-	140	-	-	1.840
Hospital Nacional Guido Valadares (Serviço e Fundo Autônomo)	5.657	4.713	-	-	200	1.500	-	12.070
Hospital Nacional Guido Valadares	5.657	4.713	-	-	200	1.500	-	12.070
Serviço Autônomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos (Serviço e Fundo Autônomo)	387	7.087	-	-	261	-	-	7.735
Serviço Autônomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos	387	7.087	-	-	261	-	-	7.735
Laboratório Nacional (Serviço e Fundo Autônomo)	327	535	-	-	410	-	-	1.272
Laboratório Nacional	327	535	-	-	410	-	-	1.272
Centro Nacional de Reabilitação (Serviço e Fundo Autônomo)	23	1.155	-	-	-	-	-	1.179
Centro Nacional de Reabilitação	23	1.155	-	-	-	-	-	1.179
Instituto de Gestão de Equipamentos (Serviço e Fundo Autônomo)	1.140	2.081	-	-	-	-	-	3.221
Instituto de Gestão de Equipamentos	1.140	2.081	-	-	-	-	-	3.221
Administração dos Portos de Timor-Leste (Serviço e Fundo Autônomo)	494	2.409	-	-	69	-	-	3.372
Autoridade Portuária de Timor-Leste	494	869	-	-	69	-	-	1.432
Operações do Berlim-Nakroma	-	1.940	-	-	-	-	-	1.940
Autoridade Reguladora das Comunicações (Serviço e Fundo Autônomo)	-	1.263	-	-	25	-	-	1.288
Autoridade Nacional das Comunicações	-	1.263	-	-	25	-	-	1.288
Instituto de Defesa Nacional (Serviço e Fundo Autônomo)	39	1.348	-	-	40	-	-	1.427
Instituto de Defesa Nacional	39	1.348	-	-	40	-	-	1.427
Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica (Serviço e Fundo Autônomo)	10	368	-	-	8	-	-	386

Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Acadêmica	10	368	-	8	-	386
Instituto Nacional de Saúde (Serviço e Fundo Autônomo)	328	244	-	95	-	667
Instituto Nacional de Saúde	328	244	-	95	-	667
Centro Logístico Nacional (Serviço e Fundo Autônomo)	138	1.826	-	40	-	2.004
Centro Logístico Nacional	138	1.826	-	40	-	2.004
Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Econômica, Sanitária e Alimentar (Serviço e Fundo Autônomo)	55	1.156	-	105	-	1.315
Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Econômica, Sanitária e Alimentar	55	1.156	-	105	-	1.315
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar (Serviço e Fundo Autônomo)	-	1.239	-	150	-	1.389
Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional - Tibar	-	1.239	-	150	-	1.389
Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra (Serviço e Fundo Autônomo)	51	409	-	69	-	529
Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra	51	409	-	69	-	529
Autoridade Municipal de Baucau (Órgão Autônomo Sem Recetas Próprias)	1.903	1.808	1.279	301	755	6.047
Secretariado de Autoridade Municipal	781	672	1.196	211	755	3.616
Serviço Municipal de Saúde	225	145	-	26	-	396
Serviço Municipal de Educação	179	647	83	15	-	924
Serviço Municipal de Agricultura	430	132	-	20	-	583
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	95	32	-	6	-	133
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	82	78	-	9	-	169
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	29	12	-	4	-	44
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	38	20	-	4	-	61
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	44	71	-	6	-	121
Autoridade Municipal de Bobonaro (Órgão Autônomo Sem Recetas Próprias)	1.733	2.245	736	353	758	5.824
Secretariado de Autoridade Municipal	1.733	573	736	353	758	4.152
Serviço Municipal de Saúde	-	100	-	-	-	100
Serviço Municipal de Educação	-	1.197	-	-	-	1.197
Serviço Municipal de Agricultura	-	171	-	-	-	171
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	-	28	-	-	-	28
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	-	80	-	-	-	80
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	15	-	-	-	15
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	17	-	-	-	17
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	-	65	-	-	-	65
Autoridade Municipal de Díli (Órgão Autônomo Sem Recetas Próprias)	2.272	7.534	1.299	860	1.655	13.622

22

Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
<b>Secretariado de Autoridade Municipal</b>	1.523	5.248	744	860	1.655	10.030
Serviço Municipal de Saúde	172	200	-	-	-	372
Serviço Municipal de Educação	443	1.962	555	-	-	2.960
Serviço Municipal de Agricultura	107	37	-	-	-	145
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	-	27	-	-	-	27
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	28	60	-	-	-	88
<b>Autoridade Municipal da Ermera (Órgão Autónomo Sem Recettas Próprias)</b>	1.548	1.712	899	110	755	5.023
Secretariado de Autoridade Municipal	891	512	888	110	755	3.157
Serviço Municipal de Saúde	156	162	-	-	-	317
Serviço Municipal de Educação	182	847	11	-	-	1.040
Serviço Municipal de Agricultura	226	61	-	-	-	287
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	37	16	-	-	-	53
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	47	50	-	-	-	96
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	10	-	-	-	10
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	11	-	-	-	11
Serviço Municipal de Ação Social: Gestão de Desastres Naturais	9	43	-	-	-	52
<b>Administração Municipal de Aíleu (Órgão Autónomo Sem Recettas Próprias)</b>	1.018	1.365	518	68	753	3.722
Secretariado de Administração Municipal	1.018	329	508	62	753	2.670
Serviço Municipal de Saúde	-	112	-	-	-	112
Serviço Municipal de Educação	-	762	10	2	-	774
Serviço Municipal de Agricultura	-	59	-	2	-	61
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	-	20	-	2	-	22
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	-	33	-	-	-	33
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	5	-	-	-	5
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	8	-	-	-	8
Serviço Municipal de Ação Social: Gestão de Desastres Naturais	-	17	-	-	-	37
<b>Administração Municipal de Ainará (Órgão Autónomo Sem Recettas Próprias)</b>	1.252	749	691	250	754	3.696
Secretariado de Administração Municipal	427	356	491	100	754	2.129
Serviço Municipal de Saúde	178	110	-	-	-	287
Serviço Municipal de Educação	215	55	-	-	-	270
Serviço Municipal de Agricultura	283	105	-	-	-	388

X 11.

Título   Capítulo	Categorias					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	85	29	-	-	-	114
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	53	49	-	-	-	101
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	6	-	-	-	6
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	6	-	-	-	-	6
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	5	40	200	150	-	396
<b>Administração Municipal de Covalina (Órgão Autónomo Sem Recettas Próprias)</b>	<b>1.463</b>	<b>932</b>	<b>1.110</b>	<b>189</b>	<b>756</b>	<b>4.450</b>
Secretariado de Administração Municipal	1.463	446	489	189	756	3.343
Serviço Municipal de Saúde	-	118	-	-	-	118
Serviço Municipal de Educação	-	66	621	-	-	687
Serviço Municipal de Agricultura	-	138	-	-	-	138
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	-	15	-	-	-	15
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	-	79	-	-	-	79
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	3	-	-	-	3
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	-	67	-	-	-	67
<b>Administração Municipal de Lautém (Órgão Autónomo Sem Recettas Próprias)</b>	<b>1.595</b>	<b>1.366</b>	<b>876</b>	<b>118</b>	<b>759</b>	<b>4.734</b>
Secretariado de Administração Municipal	647	413	699	118	759	2.636
Serviço Municipal de Saúde	193	73	-	-	-	266
Serviço Municipal de Educação	189	564	177	-	-	930
Serviço Municipal de Agricultura	393	165	-	-	-	557
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	60	34	-	-	-	95
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	79	87	-	-	-	167
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	10	3	-	-	-	13
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	10	4	-	-	-	13
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	14	43	-	-	-	58
<b>Administração Municipal de Liquiçá (Órgão Autónomo Sem Recettas Próprias)</b>	<b>1.183</b>	<b>1.364</b>	<b>518</b>	<b>84</b>	<b>753</b>	<b>3.902</b>
Secretariado de Administração Municipal	461	491	518	84	753	2.306
Serviço Municipal de Saúde	183	73	-	-	-	256
Serviço Municipal de Educação	177	606	-	-	-	783
Serviço Municipal de Agricultura	221	67	-	-	-	288
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	41	22	-	-	-	64
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	67	32	-	-	-	99
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	8	10	-	-	-	18
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	15	24	-	-	-	39

82

Título   Capítulo	Categoria					Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
	Salários e Vencimentos	Encargos e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento			
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	11	40	-	-	-	-	-	50
<b>Administração Municipal de Manutenção (Órgão Autônomo Sem Recettas Próprias)</b>	<b>1.405</b>	<b>1.853</b>	<b>590</b>	<b>130</b>	<b>755</b>	<b>130</b>	<b>755</b>	<b>4.433</b>
Secretariado de Administração Municipal	368	424	590	130	755	130	755	2.267
Serviço Municipal de Saúde	168	166	-	-	-	-	-	335
Serviço Municipal de Educação	251	703	-	-	-	-	-	955
Serviço Municipal de Agricultura	446	106	-	-	-	-	-	553
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	92	46	-	-	-	-	-	138
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	68	64	-	-	-	-	-	132
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	11	43	-	-	-	-	-	54
<b>Administração Municipal de Manutenção (Órgão Autônomo Sem Recettas Próprias)</b>	<b>1.274</b>	<b>1.381</b>	<b>656</b>	<b>139</b>	<b>759</b>	<b>139</b>	<b>759</b>	<b>4.208</b>
Secretariado de Administração Municipal	753	464	642	139	759	139	759	2.756
Serviço Municipal de Saúde	56	188	-	-	-	-	-	244
Serviço Municipal de Educação	142	443	14	-	-	-	-	599
Serviço Municipal de Agricultura	233	118	-	-	-	-	-	351
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	29	37	-	-	-	-	-	66
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	54	70	-	-	-	-	-	123
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	11	-	-	-	-	-	11
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	3	-	-	-	-	-	3
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	7	47	-	-	-	-	-	54
<b>Administração Municipal de Viqueque (Órgão Autônomo Sem Recettas Próprias)</b>	<b>1.476</b>	<b>1.448</b>	<b>877</b>	<b>81</b>	<b>760</b>	<b>81</b>	<b>760</b>	<b>4.634</b>
Secretariado de Administração Municipal	609	341	877	81	760	81	760	2.668
Serviço Municipal de Saúde	167	206	-	-	-	-	-	374
Serviço Municipal de Educação	205	655	-	-	-	-	-	860
Serviço Municipal de Agricultura	398	124	-	-	-	-	-	522
Serviço Municipal de Obras Públicas e Transportes	35	24	-	-	-	-	-	60
Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Ambiente	52	53	-	-	-	-	-	105
Serviço Municipal de Gestão de Mercados e Turismo	-	1	-	-	-	-	-	1
Serviço Municipal de Registos, Notariado e Serviços Cadastrais	-	8	-	-	-	-	-	8
Serviço Municipal de Ação Social e Gestão de Desastres Naturais	10	27	-	-	-	-	-	36
<b>Serviço Nacional de Inteligência (Órgão Autônomo Sem Recettas Próprias)</b>	<b>391</b>	<b>1.106</b>	<b>-</b>	<b>77</b>	<b>-</b>	<b>77</b>	<b>-</b>	<b>1.573</b>
Serviço Nacional de Inteligência	391	1.106	-	77	-	77	-	1.573
<b>Inspeção-Geral do Estado (Órgão Autônomo Sem Recettas Próprias)</b>	<b>307</b>	<b>620</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>927</b>

X R .



Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
Cabinete da Inspeção-Geral	307	620	-	-	-	927
Instituto Nacional da Administração Pública (Serviço e Fundo Autónomo)	411	623	-	75	-	1.109
Instituto Nacional da Administração Pública	411	623	-	75	-	1.109
Comissão Nacional de Eleições (Órgão Autónomo Sem Recetas Próprias)	818	2.020	6.000	-	-	8.838
Comissão Nacional de Eleições	818	2.020	6.000	-	-	8.838
Conselho para a Delimitação Definitiva das Fronteiras Marítimas (Órgão Autónomo Sem Recetas Próprias)	-	1.258	-	42	100	1.400
Cabinete das Fronteiras Marítimas	-	1.258	-	42	100	1.400
Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno - RAECA (Serviço e Fundo Autónomo)	8.819	14.484	2.783	520	100.599	127.206
Cabinete Autoridade RAECA e ZESM	-	6.816	-	520	92.131	99.468
Secretaria Regional das Finanças	1.640	4.005	896	-	-	6.541
Secretaria Regional da Administração	257	167	387	-	-	810
Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural	642	295	-	-	595	1.532
Secretaria Regional da Educação, Juventude e Solidariedade Social	4.145	268	1.500	-	1.500	7.413
Secretaria Regional do Ordenamento do Território e Cadastro	197	153	-	-	-	350
Secretaria Regional da Saúde	1.799	2.718	-	-	5.825	10.341
Secretaria Regional do Turismo Comunitário	140	62	-	-	549	750
Fundo das Infraestruturas, incluindo as despesas financiadas por empréstimo (Serviço e Fundo Autónomo)	31	1.096	-	-	311.287	312.414
Comissão de Administração do Fundo das Infraestruturas	31	1.096	-	-	238.287	239.414
Empréstimo	-	-	-	-	73.000	73.000
Inspeção-Geral do Trabalho (Órgão Autónomo Sem Recetas Próprias)	398	219	-	35	-	652
Inspeção-Geral do Trabalho	398	219	-	35	-	652
Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (Serviço e Fundo Autónomo)	89	491	-	60	-	639
Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia	89	491	-	60	-	639
Autoridade da Aviação Civil de Timor Leste (Órgão Autónomo Sem Recetas Próprias)	299	600	-	307	-	1.206
Autoridade da Aviação Civil de Timor Leste	299	600	-	307	-	1.206
Centro Nacional Chega (Órgão Autónomo Sem Recetas Próprias)	639	569	125	28	-	1.361
Centro Nacional Chega	639	569	125	28	-	1.361
Instituto Politécnico de Beirao (Serviço e Fundo Autónomo)	507	842	-	100	-	1.450
Instituto Politécnico de Beirao	507	842	-	100	-	1.450
Directo Governo Electrónico ITC - e-government (Órgão Autónomo Sem Recetas Próprias)	-	1.029	-	205	-	1.234
Governo Electrónico ITC (e-government)	-	1.029	-	205	-	1.234
Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (Órgão Autónomo Sem Recetas Próprias)	-	13.000	-	-	-	13.000

82

Título   Capítulo	Categoria					
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total das Despesas
<b>Totais</b>						
Total das Despesas dos SSAAF Excluindo Apoio Direto Orçamento UE	170.105	452.122	309.430	22.166	62.439	1.016.263
Total das Despesas dos OARSF	36.404	53.829	17.492	6.444	11.472	125.640
Total das Despesas dos SFA	29.101	55.853	2.783	2.938	341.925	432.601
Total das Despesas das Autoridades e Administrações Municipais	18.122	23.471	10.080	2.683	9.971	64.296
Apoio Direto Orçamento UE	-	7.496	-	-	-	7.496
Total das Despesas do Empréstimo	-	-	-	-	73.000	73.000
Total de Despesas do OGE Excluindo Empréstimos e Apoio Direto Orçamento UE	235.610	574.804	319.706	31.548	415.837	1.587.504
Total de Despesas do OGE Incluindo Empréstimos e Apoio Direto Orçamento UE	235.610	582.300	319.706	31.548	488.837	1.668.000

\* Valores arredondados à décima para a unidade mais próxima, por excesso em relação a valores iguais ou superiores a 5 e por defeito nos restantes casos.

82

Tabela III – Serviços e Fundos Autónomos (milhares de dólares) \*

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
<b>Universidade Nacional Timor Lorosa'e</b>			
Salários e Vencimentos	9.031		
Bens e Serviços	4.993		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	1.470		
<b>Total</b>	<b>15.494</b>	<b>1.895,4</b>	<b>13.599</b>
<b>Arquivo e Museu da Resistência Timorense</b>			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	2.949		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	54		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>3.003</b>	<b>3,1</b>	<b>3.000</b>
<b>Conselho de Imprensa</b>			
Salários e Vencimentos	231		
Bens e Serviços	560		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	150		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>941</b>	<b>-</b>	<b>941</b>
<b>Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial</b>			
Salários e Vencimentos	519		
Bens e Serviços	696		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	168		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>1.383</b>	<b>18,2</b>	<b>1.364,9</b>
<b>Agência de Promoção e Exportação de Timor-Leste</b>			
<b>- TradeInvest Timor-Leste</b>			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	1.238		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	14		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>1.252</b>	<b>-</b>	<b>1.252</b>
<b>Serviço de Registo e Verificação Empresarial</b>			
Salários e Vencimentos	4		
Bens e Serviços	1.253		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		

82

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
<b>Capital de Desenvolvimento</b>	-		
<b>Total</b>	<b>1.257</b>	<b>367,5</b>	<b>889</b>
<b>Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu</b>			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	603		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	81		
Capital de Desenvolvimento	69		
<b>Total</b>	<b>752</b>	<b>220,0</b>	<b>532</b>
<b>Centro de Formação SENAI</b>			
Salários e Vencimentos	94		
Bens e Serviços	300		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	250		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>644</b>	<b>9,0</b>	<b>635</b>
<b>Polícia Científica de Investigação Criminal</b>			
Salários e Vencimentos	1.176		
Bens e Serviços	524		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	140		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>1.840</b>	<b>-</b>	<b>1.840</b>
<b>Hospital Nacional Guldo Valadares</b>			
Salários e Vencimentos	5.657		
Bens e Serviços	4.713		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	200		
Capital de Desenvolvimento	1.500		
<b>Total</b>	<b>12.070</b>	<b>390,2</b>	<b>11.680</b>
<b>Serviço Autónomo de Medicamentos e Equipamentos Médicos</b>			
Salários e Vencimentos	387		
Bens e Serviços	7.087		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	261		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>7.735</b>	<b>320,0</b>	<b>7.415</b>
<b>Laboratório Nacional</b>			
Salários e Vencimentos	327		
Bens e Serviços	535		
Transferências Públicas	-		

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
Capital Menor	410		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>1.272</b>	<b>-</b>	<b>1.272</b>
<b>Centro Nacional de Reabilitação</b>			
Salários e Vencimentos	23		
Bens e Serviços	1.155		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>1.179</b>	<b>-</b>	<b>1.179</b>
<b>Instituto de Gestão de Equipamentos</b>			
Salários e Vencimentos	1.140		
Bens e Serviços	2.081		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>3.221</b>	<b>500,6</b>	<b>2.720</b>
<b>Administração dos Portos de Timor-Leste</b>			
Salários e Vencimentos	494		
Bens e Serviços	2.809		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	69		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>3.372</b>	<b>4.547,6</b>	<b>(1,176)</b>
<b>Autoridade Reguladora das Comunicações</b>			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	1.263		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	25		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>1.288</b>	<b>1.290,1</b>	<b>(2)</b>
<b>Instituto de Defesa Nacional</b>			
Salários e Vencimentos	39		
Bens e Serviços	1.348		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	40		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>1.427</b>	<b>-</b>	<b>1.427</b>
<b>Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica</b>			
Salários e Vencimentos	10		
Bens e Serviços	368		
Transferências Públicas	-		

	Despesas	Receitas Próprias	Dotação OGE
Capital Menor	8		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>386</b>	<b>-</b>	<b>386</b>
<b>Instituto Nacional da Saúde</b>			
Salários e Vencimentos	328		
Bens e Serviços	244		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	95		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>667</b>	<b>-</b>	<b>667</b>
<b>Centro Logístico Nacional</b>			
Salários e Vencimentos	138		
Bens e Serviços	1.826		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	40		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>2.004</b>	<b>676,0</b>	<b>1.328</b>
<b>Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar</b>			
Salários e Vencimentos	55		
Bens e Serviços	1.156		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	105		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>1.315</b>	<b>196,5</b>	<b>1.119</b>
<b>Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional – Tíbar</b>			
Salários e Vencimentos	-		
Bens e Serviços	1.239		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	150		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>1.389</b>	<b>-</b>	<b>1.389</b>
<b>Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA-ZEESM)</b>			
Salários e Vencimentos	8.819		
Bens e Serviços	14.484		
Transferências Públicas	2.783		
Capital Menor	520		
Capital de Desenvolvimento	100.599		
<b>Total</b>	<b>127.206</b>	<b>127.206**</b>	<b>-</b>
<b>Fundo das Infraestruturas, incluindo as despesas financiadas por empréstimo</b>			
Salários e Vencimentos	31		



	<b>Despesas</b>	<b>Receitas Próprias</b>	<b>Dotação OGE</b>
Bens e Serviços	1.096		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	-		
Capital de Desenvolvimento	311.287		
<b>Total</b>	<b>312.414</b>	<b>-</b>	<b>312.414</b>
<b>Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia</b>			
Salários e Vencimentos	89		
Bens e Serviços	491		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	60		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>639</b>	<b>-</b>	<b>639</b>
<b>Instituto Politécnico de Betano</b>			
Salários e Vencimentos	507		
Bens e Serviços	842		
Transferências Públicas	-		
Capital Menor	100		
Capital de Desenvolvimento	-		
<b>Total</b>	<b>1.450</b>	<b>-</b>	<b>1.450</b>
<b>Total Final Incluindo Empréstimos</b>	<b>505.601</b>	<b>137.640</b>	<b>367.960</b>
<b>Total Final Excluindo Empréstimos</b>	<b>432.601</b>	<b>137.640</b>	<b>294.960</b>

\* Valores arredondados à décima para a unidade mais próxima, por excesso em relação a valores iguais ou superiores a 5 e por defeito nos restantes casos.

\*\* Das quais 126.287 milhares de dólares relativos a saldo de gerência do exercício orçamental anterior.

82

**Tabela IV - Dotações Orçamentais do Fundo de Desenvolvidmentos do Capital Humano  
(milhares de dólares) \***

Nome dos Programas/ Subprogramas	Despesas financiadas por saldo transitado de 2019	2020					Total das Despesas
		Salário e Vencimento	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital Desenvolvimento	
<b>Total</b>	-	-	13.000,0	-	-	-	13.000,00
Formação Profissional			650,1				650,1
Formação Técnica			1.533,0				1.533,0
Bolsas de Estudo			9.420,1				9.420,1
Outros Tipos de Formação			1.396,8				1.396,8

\* Valores arredondados à décima para a unidade mais próxima, por excesso em relação a valores iguais ou superiores a 5 e por defeito nos restantes casos.

## ANEXO II

### Receitas e Despesas do Orçamento da Segurança Social para 2020

Tabela I - Total de Receitas Globais da Segurança Social (milhões de dólares) \*

<b>Categoria</b>	<b>Rubrica</b>	<b>Valores</b>
<b>Receitas Correntes</b>		<b>75,94</b>
<b>Contribuições para a Segurança Social</b>		<b>34,18</b>
	Regime Contributivo	34,18
<b>Sanções e outras penalidades</b>		<b>0,00</b>
<b>Rendimentos</b>		<b>0,25</b>
<b>Transferências Correntes</b>		<b>41,51</b>
	Do Estado (OGE)	41,31
	Ministério das Finanças	41,31
	Outros Ministérios	0,00
	Outras transferências correntes – Resto do Mundo	0,20
<b>Outras receitas correntes</b>		<b>0,00</b>
<b>Receitas de Capital</b>		<b>0,00</b>
<b>Transferências de capital</b>		<b>0,00</b>
	Do Estado (OGE)	0,00
	Transferências de capital do Estado - MF	0,00
	Outras transferências de capital	0,00
<b>Ativos Financeiros</b>		<b>0,00</b>
<b>Passivos Financeiros</b>		<b>0,00</b>
<b>Outras receitas de capital</b>		<b>0,00</b>
<b>Saldo de gerência do ano anterior</b>		<b>66,14</b>
<b>TOTAL</b>		<b>142,08</b>

\* Valores arredondados à décima para a unidade mais próxima, por excesso em relação a valores iguais ou superiores a 5 e por defeito nos restantes casos.

Tabela II - Total de Despesas Globais da Segurança Social (milhões de dólares) \*

<b>Categoria</b>	<b>Rubrica</b>	<b>Valores</b>
<b>Despesas Correntes</b>		<b>44,42</b>
<b>Despesas com pessoal</b>		<b>0,80</b>
<b>Aquisição de bens e serviços</b>		<b>0,17</b>
<b>Juros e outros encargos</b>		<b>0,25</b>
<b>Transferências Correntes</b>		<b>41,67</b>
	Para o Estado (OGE)	0,00
	Ministério das Finanças	0,00
	Para Famílias/Pessoais	41,67

82

Regime Não Contributivo	36,00
Regime Contributivo	5,67
Outras prestações (despesas de outros Ministérios, cujo pagamento a SS assume)	0,00
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>1,52</b>
<b>Despesas Capital</b>	<b>97,67</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>0,39</b>
Capital menor	0,39
Capital de desenvolvimento	0,00
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>97,28</b>
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>0,00</b>
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>142,08</b>

\* Valores arredondados à décima para a unidade mais próxima, por excesso em relação a valores iguais ou superiores a 5 e por defeito nos restantes casos.

82